

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

JOSEANE MIRANDA DOS SANTOS MARTINS

**CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN: A PROCURA DE INCLUSÃO NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

Jaguarão/RS

2015

JOSEANE MIRANDA DOS SANTOS MARTINS

**CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN: A PROCURA DE INCLUSÃO NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado como requisito parcial à aprovação
no Curso de Letras Português-Espanhol e
respectivas Literaturas, da Universidade Federal
do Pampa, Campus Jaguarão.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Denise Aparecida Moser

Jaguarão/RS

2015

JOSEANE MIRANDA DOS SANTOS MARTINS

**CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN:
A PROCURA DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Letras Português/Espanhol da
Universidade Federal do Pampa,
Câmpus Jaguarão, como requisito parcial
à obtenção do título de Licenciada em
Letras.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 10/12/2015

Banca examinadora



Prof.^a Dr.^a Denise Aparecida Moser – UNIPAMPA-Jaguarão/Letras (Orientadora)



Prof. Esp. Daniel Lopes Romeu – UNIPAMPA-Jaguarão/Letras



Prof.^a Verônica Juliana Quevedo Costa Knorr / EMEF Ceni Soares Dias - Jaguarão

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo (a) autor (a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais). |

MC928c Martins, Joseane Miranda dos Santos

CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN: A PROCURA DE
INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA / Joseane Miranda dos
Santos Martins.

85 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) --
Universidade Federal do Pampa, LETRAS
PORTUGUÊS/ESPAHOL E RESPECTIVAS LITERATURAS, 2015.
"Orientação: Denise Aparecida Moser".

1. Inclusão na Educação Básica de crianças com
Síndrome de Down. I. Título.

AGRADECIMENTOS

Diante da minha caminhada acadêmica tenho que agradecer a muitas pessoas que fizeram parte dessa concretização desse sonho. Do sonho de ter uma profissão e uma graduação.

Primeiramente, tenho que agradecer a Deus, pois sem ele nada seria possível, em segundo momento, tenho que agradecer a minha família, pois sem a força deles não conseguiria chegar até o fim. Em especial tenho que agradecer a minha mãe Cláudia, que foi incansável todos esses anos me ajudando, ficando do meu lado todos os dias, sem dormir me esperando que terminasse os trabalhos para ela dormir. Tenho muito que agradecer a ela, pois sem ela foi e é uma amiga, companheira, fiel e uma guerreira que lutou junto comigo para a concretização desse sonho.

Em terceiro momento, tenho que agradecer muito a minha orientadora Denise, pois ela também foi incansável, me ajudando e orientando sempre, até mesmo nos finais de semana, ela não foi uma simples professora, mas foi uma verdadeira amiga, que levarei em meu coração para o resto de minha vida.

Em quarto momento, tenho que agradecer ao meu companheiro Diogo, em que nesses 11 meses, esteve ao meu lado me dando força e me aguentando quando estava nervosa ou ansiosa por causa do TCC, sempre me ajudou, dizendo que eu ia conseguir e que não me preocupasse que iria dar tudo certo.

Em quinto momento, também tenho que agradecer a colega Giane, que também me deu muita força e me ajudou a realizar alguns trabalhos que não conseguia, sempre estava disposta e nunca se negou a nada.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho, que também me deram muita força e aos meus patrões Éder e Verônica, que me deram a oportunidade de trabalhar na Escola de Educação Infantil Brincar e Aprender, e com essa oportunidade pude conhecer os dois alunos que me inspiraram a escrever esse trabalho.

Agradeço a todos os professores da Universidade Federal do Pampa, que sem os ensinamentos e conhecimentos por eles proporcionados não seria possível realizar esse sonho e em especial ao professor Daniel, que me fez conhecer outra linguagem a de sinais. Sei que tenho dificuldades, mas um dia eu chego lá.

Por fim, meu muito obrigado de coração a todos que foram citados aqui e aqueles que não me lembrei, nunca esquecerei de cada um de vocês.

*“A inclusão escolar, começa na alma de cada educador,
contagia seus sonhos e amplia seus ideais,
o impulsiona a mediar saberes para que as pessoas transcendem.
A utopia pode ter muitos defeitos, mas pelo menos, uma virtude tem:
Ela nos faz caminhar”.*

*Eugenio Cunha (Livro Autismo e Inclusão) e
Adaptado por Simone Helen Drumond Ischknian*

RESUMO

A síndrome de Down (SD) é uma alteração genética causada por um cromossomo a mais no par 21, chamada trissomia 21. Com essa alteração genética, as crianças com SD possuem características físicas diferentes, que as distinguem das outras crianças. Diante disso, se irá investigar o que é preciso para que haja a inclusão de crianças portadoras da Síndrome de Down na Educação Básica. Para tanto, foi feita uma pesquisa bibliográfica utilizando alguns autores como: Souza, Milane e Rodrigues (2012); Leite (s.d); Limas (s.d); Gil (2005); Batista e Mantoan (2007); Silva (2009) e alguns documentos oficiais como: Declaração Mundial de Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem (DECLARAÇÃO MUNDIAL PARA TODOS, 1998); o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL - 2012) e, por fim, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL - 2014). Além disso, foi feita uma pesquisa de campo em 16 escolas da rede municipal, estadual e particular do município de Jaguarão/RS. Os resultados obtidos foram muito animadores, visto que algumas escolas estão preocupadas com o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos portadores de deficiências. Com isso, observa-se que não são a maioria das escolas as responsáveis pela não inclusão dos portadores da Síndrome de Down. Muitos pais, por acharem que os filhos com SD não terão condições de estudar, tentam afastá-los do convívio escolar regular, colocando-os direto nas APAES.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Inclusão. Educação.

RESUMEN

El síndrome de Down es una alteración genética causada por un cromosoma a más en el par 21, llamada trissomia 21. Con esa alteración genética, los niños con SD poseen características físicas diferentes, que las distinguen de los otros niños. Delante de eso, se irá investigar lo que es preciso para que haga la inclusión de niñas portadoras del Síndrome de Down en la Educación Básica. Para tanto, fue hecha una pesquisa bibliográfica utilizando algunos autores como: Souza, Milane e Rodrigues (2012); Leite (s.d); Limas (s.d); Gil (2005); Batista y Mantoan (2007); Silva (2009) y algunos documentos oficiales como: Declaração Mundial de Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem (DECLARAÇÃO MUNDIAL PARA TODOS, 1998); o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL - 2012) y, por fin, las Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL - 2014). Además de eso, fue hecha una pesquisa de campo, en 16 escuelas de la rede municipal, estadual y particular de lo municipio de Jaguarão/RS. Los resultados obtenidos, eran muy animadores, visto que algunas escuelas están preocupadas con el desenvolvimiento y el aprendizaje de los alumnos portadores de deficiencias. Con eso, observa-se que no son la mayoría de escuelas las responsables por la inclusión de los portadores da Síndrome de Down. Muchos padres, por acharen que lo hijos con SD no tendrán condiciones de estudiar, tratando de conducirlos del convivio escolar regular, colocando-os directo en las APAES.

Palabras-chaves: Síndrome de Down. Inclusión. Educación.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 SÍNDROME DE DOWN	13
1.1 Histórico.....	13
1.2 Origem do termo Síndrome de Down.....	15
1.3 Características da Síndrome de Down.....	17
1.4 Causas e diagnóstico.....	18
1.5 Reação dos pais.....	20
2 INCLUSÃO	21
3 METODOLOGIA	29
3.1 Apresentação do instrumento de pesquisa e sujeitos investigados.....	29
3.2 Procedimentos da coleta de dados.....	29
3.3 Critérios de análises de dados.....	29
4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	31
4.1 Escolas Municipais.....	31
4.2 Escolas Estaduais.....	35
4.3 Escola Particular.....	39
4.4 Síntese crítica geral dos resultados obtidos.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICES	51

INTRODUÇÃO

Este estudo partiu do interesse desta pesquisadora, discente do curso de Letras e docente de uma escola particular de educação infantil de Jaguarão/RS, pelo fato de ter passado pela experiência de educar dois alunos com Síndrome de Down, um menino de 5 anos e uma menina de 2 anos. Estes mostraram um bom desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem, na sala de aula, com outras crianças que não eram portadores dessa síndrome. Com isso, percebeu que eram crianças normais, com apenas algumas dificuldades, e que conseguiam acompanhar as outras crianças. Por isso, acredita da necessidade de incluí-las no meio escolar básico e futuramente também no ensino superior. Por quê? Porque ainda existe o discurso e a prática dessas crianças estarem frequentando as APAES (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) em Jaguarão/RS.

Essa tese vem ao encontro de Silva (2009), pois afirma que a inclusão é um momento histórico em transformação, na qual envolve aspectos políticos, sociais, culturais e filosóficos. A inclusão de pessoas com deficiência ou alguma síndrome em diversos locais da sociedade tem evidenciado muita polêmica, principalmente, no sistema educacional brasileiro. A educação busca de maneira evolutiva privilegiar uma educação inclusiva que favorece o movimento com base no princípio da **educação de qualidade para todos** e que traz novos rumos para a sociedade.

Diante disso, este trabalho irá investigar o que é preciso para que haja a inclusão de crianças portadoras da Síndrome de Down na Educação Básica. Para tanto, serão feitas uma pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo para realizar uma sondagem, com algumas questões sem escolas da rede municipal e estadual do município de Jaguarão/RS, para identificar como acontece a inclusão, como é a aprendizagem desses alunos, quais são as expectativas dos educadores em relação a eles. Além disso, será pesquisado o porquê que há escolas que não fazem parte dessa inclusão e a razão de alguns professores não procurarem incluir essas crianças na sala de aula, no convívio com a sociedade.

Ao longo do trabalho, o tema será desenvolvido em quatro partes. Na primeira parte, será apresentada a Síndrome de Down, em que serão retomados aportes teóricos de Starbuck (2011); Almeida (2015); Tuoto (2006; 2009); Souza, Milane e Rodrigues (2012); Leite (s.d); Limas (s.d); Rodini, Souza (1997; 2003). Na segunda, a inclusão com os seguintes documentos oficiais: Declaração Mundial de Educação

para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem (DECLARAÇÃO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1998); Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994); Declaração Universal dos Direitos Humanos (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948); Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência (BRASIL, 2001), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL - 2012) e, por fim, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL - 2014) e os autores Gil (2005); Batista e Mantoan (2007); Silva (2009). Na terceira, o percurso metodológico; na quarta, a análise e discussão dos dados e, por fim, as considerações finais.

Na primeira parte, pretende-se assim contextualizar o presente tema, enfocando o histórico, características, causas e diagnósticos da Síndrome de Down. Além disso, descrever relatos de pais que tiveram filhos com a Síndrome de Down.

Boa leitura!

1 SÍNDROME DE DOWN

Na presente seção, serão abordados temas relacionadas à Síndrome de Down, a saber: a origem do surgimento da Síndrome de Down (doravante SD), quem descobriu a SD, o que é a SD, as características, causas e como é diagnosticada. Há também a apresentação de relatos de pais que revelam quais foram as reações que tiveram ao saberem que teriam um filho com a SD.

1.1 Histórico

As primeiras notícias da origem da SD vêm de esculturas dos Olmec que viveram no México entre 1500 aC¹ e 300 dC². Depois dessa época, apareceram evidências da SD em pinturas realizadas entre os séculos XIV e XVI, como, por exemplo, do pintor Andrea Mantegna. Uma das primeiras hipóteses de ter pintado foi pelo fato de ser pai de 14 (quatorze) filhos, sendo um deles ser portador da SD. A segunda hipótese seria a de que tivesse sido uma filha dos Gonzaga, uma família rica de Mântua/Itália (ALMEIDA, 2015). As Figuras 1, 2 e 3 são exemplos de imagens de crianças com síndrome de Down.

Figura 1 - "Pintura Virgem e Criança com São Jerônimo e Louis de Toulouse", Mântua, Itália, 1455.



Fonte: Almeida, 2015, s.p.

¹aC= Antes de Cristo

²dC= Depois de Cristo

A pintura (Figura 1) mostra a imagem de uma criança parada na frente de uma mulher e ao lado de dois homens. Essa criança apresenta características físicas de uma pessoa portadora da Síndrome de Down.

Figura 2 - "Pintura Madona e Criança", Mântua, Itália, 1460.



Fonte: Almeida, 2015, s.p.

A imagem (Figura 2) apresenta uma criança que parece com o menino Jesus no colo de uma senhora que aparenta ser Nossa Senhora. Esse menino apresenta traços de uma criança portadora da Síndrome de Down, com olhos puxados, nariz pequeno e boca entreaberta.

Outro pintor dessa época é Jacob Jordaens, da Bélgica, na qual pesquisadores acreditam que ele tenha tido uma filha com a Síndrome de Down chamada Elizabeth. Por isso, pintou-a em suas telas (STARBUCK³, 2011). Pode-se perceber essa evidência na seguinte tela do pintor (Figura 3):

³ STARBUCK, M. JOHN. **On the antiquity of trissomia 21**: moving towards a quantitative diagnosis of down syndrome in historic material culture. *Journal of contemporary anthropology*. Volume II. Issue 1. Department of anthropology. University Park; Pennsylvania, 2001. Disponível em: <<http://docs.lib.purdue.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1019&context=jca>>. Acesso em: 24 out. 2015.

Figura 3 - Pintura “Adoração do Pastor”, Antuérpia, Bélgica, 1618.



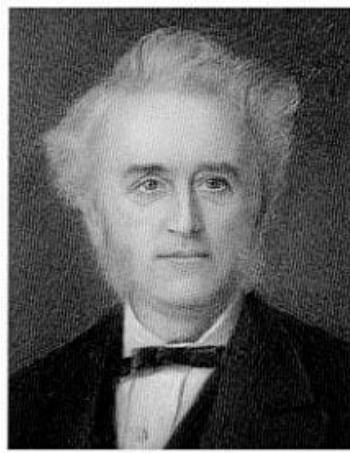
Fonte: Fonte: Starbuck, 2011, p.23.

Essa imagem também apresenta traços da Síndrome de Down na criança, no colo de uma mulher. Tal criança apresenta olhos puxados e rosto um pouco achatado. Então, pode-se perceber que, mesmo antes de ser descoberta e conhecida, a Síndrome de Down já era expressa em quadros/imagens.

1.2 Origem do termo Síndrome de Down

John Langdon Haydon Down (1828-1896) (Figura 4), médico inglês, descreveu a Síndrome de Down em 1887, que leva o seu sobrenome. Trata-se de um grande médico consagrado internacionalmente pelo uso de seu célebre nome John Down (TUOTO, 2006).

Figura 4 – John Langdon Haydon Down



Fonte: Tuoto, 2006, s.p

Segundo Tuoto (2006, s.p), esse médico notou que havia semelhanças físicas parecidas com crianças com atraso mental e por isso utilizou-se do termo **mongolismo** para descrever essa aparência. Os mongóis eram considerados seres inferiores.

Jérôme Jean Louis Marie Lejeune (1926-1994) (Figura 5), pediatra e geneticista francês, considerado o pai da genética moderna, foi quem descobriu que os portadores da Síndrome de Down apresentavam uma trissomia do cromossomo 21. Ou seja, não era um atraso mental como o autor John Down descreveu, e sim uma anomalia genética, o qual desenvolveu o cariótipo e descobriu a relação direta entre as anormalidades cromossômicas (TUOTO, 2009, s.p).

Figura 5 - Jérôme Jean Louis Marie Lejeune



Fonte: Tuoto, 2009, s.p.

A Síndrome de Down é definida por González⁴ (2007) apud Souza, Milane e Rodrigues (2012, p.2) da seguinte forma:

[...] a Síndrome de Down (SD) é uma alteração genética, caracterizada pela presença de um cromossomo⁵ a mais no par 21, chamada de trissomia⁶ 21. A SD, relatada em 1866 pelo médico John Langdon Down que verificou

⁴ GONZÁLEZ, E. **A educação Especial: conceito e dados históricos**. In: _____ (coord.) Necessidades Educacionais Específicas. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2007 p. 17-46.

⁵ Cromossomo - s.m. Elemento figurado, característico do núcleo no momento da divisão celular. Cromossomos homólogos, par de cromossomos tal, que um provém do ancestral masculino e outro do feminino. Os cromossomos, em forma de grânulos de filamentos arqueados ou de bastões, são em número constante (e par) em todas as células de um mesmo indivíduo e em todos os indivíduos da mesma espécie. Contêm os genes, suportes materiais da hereditariedade (DICIONÁRIO MÉDICO, 2014).

⁶ Trissomia - s.f. Anomalia causada pela presença de um cromossomo a mais num par. Trissomia 21, mongolismo (DICIONÁRIO MÉDICO, 2014).

características desta síndrome em algumas crianças com atraso intelectual, pode ocorrer de três formas: a trissomia simples, translocação e mosaicismo. A trissomia simples, em que todas as células possuem 47 cromossomos, é a forma mais comum e representa cerca de 90% dos casos. Na translocação, o cromossomo extra do par 21 fica unido a um cromossomo de outro par. Já no mosaicismo, o que ocorre é um erro da distribuição dos cromossomos na segunda ou terceira divisão celular. Nesse caso, tanto o óvulo como o espermatozoide têm um número normal de cromossomos, podendo se dividir normalmente, porém, num momento determinado, uma das células se divide anormalmente, tendo como resultado uma célula com 47 cromossomos e outra com 45.

O Dr. Jérôme Lejeune arranhou uma forma de homenagear o Dr. John, batizando a anomalia com o nome de Síndrome de Down. A partir disso, não eram conhecidas como **peessoas retardadas**, com **problemas mentais**, e sim como pessoas que possuem uma síndrome que não tem cura. Porém, há tratamentos que os ajudam a terem uma vida normal.

1.3 Características da Síndrome de Down

As pessoas portadoras da Síndrome de Down possuem os seguintes traços físicos (LEITE, s.d; RODINI; SOUZA, 1997 – 2003):

- a cabeça é levemente achatada, o que dá a aparência arredondada;
- o rosto é um pouco achatado;
- os olhos são puxados parecidos com os orientais;
- a boca em algumas crianças mantém-se aberta com a língua um pouco projetada;
- o pescoço possui aparência larga e grossa;
- o abdômen costuma ser saliente;
- as mãos e os pés são pequenos e grossos e, na maioria das crianças, há um espaço grande entre o dedão e o segundo dedo;
- os homens apresentam o pênis pequeno, há criptorquidismo⁷ e são estéreis; e as mulheres têm os lábios e o clitóris pouco desenvolvidos e a ovulação às vezes não é regular;
- contém prega única nas palmas das mãos.

⁷ Criptorquidismo - sm (cripto+órqui+ismo) V criptorquia. Criptorquia - sf (cripto+órqui+ia1) Med Ausência dos testículos nas bolsas, em virtude de estacionarem no abdome ou no canal inguinal; criptorquidia. (DICIONÁRIO MÉDICO, 2014).

A criança com SD deve ser encaminhada o mais rápido possível a locais especializados, para que os pais/responsáveis sejam orientados sobre o prognóstico e os tratamentos clínicos e terapêuticos. A qualidade de vida dessas pessoas depende muito dos cuidados dos familiares. Eles deverão estimulá-la desde o nascimento para que não haja um mal desempenho neuro-motor⁸, a hipotonia⁹ muscular e déficits de linguagem (LEITE, s.d).

1.4 Causas e diagnóstico

Uma primeira explicação para a causa da Síndrome de Down é por causa da idade materna, no qual 60% dos casos são originados de mulheres com mais de 30 anos; há casos em mulheres de menos de 30 anos terem um filho com Down, mas é mais difícil. A probabilidade de haver o nascimento de criança com SD nessa idade é de 1 em 3000; em mulheres de 30 a 35 anos, é de 1 em 600; e em mulheres com mais de 45 anos aumenta o risco e a probabilidade é de 1 em 50. O aumento da idade paterna também acarreta o risco de ter um filho com Down do tipo Trissomia 21, mas só é constatado em homens com mais de 55 anos.

Leite (s.d., s.p.) explica essa primeira causa da seguinte maneira:

Uma explicação do efeito da idade ocorre na ovogênese¹⁰: na época do nascimento de uma criança, os ovócitos¹¹ encontram-se na prófase¹² e, logo após o nascimento, interrompem a meiose¹³ por um período que dura de 12 a 50 anos (da menarca¹⁴ à menopausa¹⁵). Quanto mais longo for esse

⁸ Neuro – motor: Neuro - Med. Termo que indica relação com nervo ou sistema nervoso [...]. Motor - adj. Que produz ou transmite movimento: força motora. / Diz-se de um nervo ou de um músculo que assegura a motricidade de um órgão[...] (DICIONÁRIO MÉDICO, 2014).

⁹ Hipotonia - s.f. Bioquímica. Estado de uma solução hipotônica. Medicina. Diminuição da tonicidade muscular (DICIONÁRIO MÉDICO, 2014).

¹⁰ Ovogênese - s.f. Formação dos gametas fêmeas entre os animais (DICIONÁRIO MÉDICO, 2014).

¹¹ Ovócitos – Oócito: s.m. Óvulo imaturo (DICIONÁRIO MÉDICO, 2014).

¹² Prófase - s.f. Genética. Primeira fase do processo de divisão celular através da qual os cromossomos que, conseguiram se duplicar, são condensados e ficam visíveis ao microscópio óptico. (Etm. pro + fase) (DICIONÁRIO MÉDICO, 2014).

¹³ Meiose - s.f. Processo de divisão das células vivas, no qual as células filhas têm metade dos cromossomos da célula-mãe. (A meiose precede a formação das células reprodutoras.) (DICIONÁRIO MÉDICO, 2014).

¹⁴ Menarca - s.f. A primeira menstruação, fluxo menstrual, de uma mulher. A situação ou momento exato em que essa menstruação ocorre. (Etm. meno + arca) (DICIONÁRIO MÉDICO, 2014).

¹⁵ Menopausa - s.f. Fisiologia. Supressão dos ciclos menstruais, provocada pela interrupção da secreção hormonal dos ovários, e acompanhada por indícios e sintomas (calores, angústia, prurido, secreta vaginal etc). Momento da vida de uma mulher em que essa supressão ocorre; climatério. (Etm. men(o) + pausa) (DICIONÁRIO MÉDICO, 2014).

período, por mais tempo permanecem interrompidas as meioses dos ovócitos e mais influências ambientais (radiações, medicamentos, infecções) podem alterar a segregação dos cromossomos originando, em consequência (sic), maior número de óvulos aneuplóides¹⁶.

Outra causa importante além da idade é o problema na ovulação do óvulo quando fecundado que, conforme Leite (s.d., s.p.):

Um fator independente da idade e que possivelmente aumenta a ocorrência de zigotos¹⁷ aneuplóides é que, ao ser lançado na tuba, o ovócito encontra um meio diferente daquele em que permaneceu vários anos; desse modo, ele fica exposto à ação de fatores ambientais, tornando-se mais vulnerável à ocorrência de não-segregações.

É por essas duas causas, a idade e a ovulação, que a probabilidade de ocorrer o nascimento de um portador da Síndrome de Down é maior. No entanto, é importante afirmar que o avanço da idade materna quanto da idade paterna não quer dizer que realmente isso aconteça. Tudo irá depender de cada pessoa.

O diagnóstico da SD é feito por meio de um estudo cromossômico que analisa o cariótipo. Segundo Voivodic¹⁸ (2008) apud Souza, Milane e Rodrigues (2012, p.2), esse estudo é explicado da seguinte maneira:

O cariótipo¹⁹ corresponde à identidade genética do ser humano e é por meio de um exame conhecido como cariograma que se é possível obtê-lo. A partir de uma ultrassonografia, também podemos fazer o diagnóstico da SD, vendo a dobra ou espessura da nuca.

É do exame do cariótipo que se pode fazer o diagnóstico da Síndrome de Down, ou seja, não é nos primeiros meses de gestação que se descobre se a criança será portadora da SD. É necessário esperar alguns meses até que o feto evolua e cresça, pois apenas será percebido essa Síndrome com a dobra e a espessura da nuca.

¹⁶ Aneuploidia - sf (aneuplóide+ia) Qualidade de aneuplóide. (DICIONÁRIO MÉDICO, 2014).

¹⁷ Zigoto - s.m. Célula diploide que resulta da união dos núcleos de duas células; nos animais do espermatozoide e do óvulo, formando o embrião; ovo. (Etm. do grego: zygotós.é.ón) (DICIONÁRIO MÉDICO, 2014).

¹⁸ VOIVODIC, M. A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

¹⁹ Cariótipo - s.m. Genét. Representação fotográfica dos cromossomos de uma célula depois de terem sido reunidos por pares de cromossomos idênticos e classificados por dimensão. Conjunto dos cromossomos de um indivíduo (DICIONÁRIO MÉDICO, 2014).

1.5 Reação dos pais

Quando um pai e uma mãe descobrem que irão ter um filho que seja portador da Síndrome de Down ou alguma deficiência, os primeiros sentimentos que esses pais sentem é de choque, negação, culpa, raiva e tristeza. Para que haja um entendimento e uma compreensão dessas pessoas, é necessária a ajuda do pai, da família e de profissionais de saúde especializados no assunto, para que ajudem essas famílias a não rejeitarem essas crianças que estão por vir.

Um exemplo é o relato de uma mãe quando soube que iria ter uma filha com Síndrome de Down. Esse relato é descrito por Limas (2010, s.p.).

Sandra Maria Petersen, mãe de Natasha, de 22 anos, que tem Síndrome de Down. Sandra explica que sua gravidez foi normal e nada havia sido diagnosticado em sua filha. Somente no segundo dia após o parto é que ela e seu marido receberam a notícia que a Natasha tinha o distúrbio genético. “O pediatra contou primeiro ao meu marido. Quando eu soube, minha reação foi bastante negativa. Foi como se eu tivesse perdido um filho”, lembra a mãe.

[...]“Comecei a cuidar mesmo da minha filha quando ela já tinha quase um ano e meio. Foi quando eu procurei um Terapeuta Ocupacional, que me orientou a não colocar a Natasha em uma escola especial”, lembra. No entanto, encontrar uma escola que aceitasse educar a Natasha foi bastante difícil. “Cheguei a procurar em mais de 10 escolas na região perto de casa. Foi conversando com um dentista que descobri uma escola. Minha filha ficou lá até os nove anos de idade e se desenvolveu muito”, orgulha-se Sandra.

[...] para finalizar, Sandra deixa uma dica importante para os pais. “Apesar da dificuldade em aceitar a deficiência de seu filho, recomendo que ninguém se culpe por isso, muito menos rejeitar a criança. É preconceito. Hoje, a Natasha é uma benção na minha vida. Achava que ela não fosse falar, não fosse se desenvolver, mas quanto mais incentivamos, mais a criança se desenvolve”, conclui Sandra.

Após esse período de negação, a família começa a buscar informações sobre como proceder com essa criança, quais os cuidados, prognóstico e como compreendê-la. O período de tempo para ocorrer essa aceitação depende de cada pessoa e de cada família, de fatores como: religiosidade, estrutura familiar, aspectos morais, sociais e emocionais.

Na próxima seção, será discutido o panorama mundial e nacional acerca dos direitos humanos. Posteriormente, será feita uma reflexão sobre o que é a inclusão e o que se deve fazer para que haja a inclusão de pessoas portadoras da Síndrome de Down na Educação Básica.

2 INCLUSÃO

A inclusão é um meio de incluir e socializar qualquer ser humano, sendo ele com alguma deficiência, etnia etc na sociedade onde vive. É dar a ele a oportunidade de ter um vínculo afetivo e social para que tenham uma educação de qualidade independentemente da sua condição física ou mental.

Diante dessa reflexão, o conceito de inclusão vem de acordo com o conceito descrito por Mantoan (1998, s.p.).

O conceito se refere à vida social e educativa e todos os alunos devem ser incluídos nas escolas regulares e não somente colocados na "corrente principal". O vocábulo integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos; a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Para tanto, serão apresentados um panorama mundial sobre a inclusão na Declaração Mundial de Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem (DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1998) e na Declaração de Salamanca (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994). Com esses documentos, pretende-se apontar que qualquer pessoa tem direito a ser incluído na sociedade e, portanto, ter um ensino de qualidade em alguma escola da Educação Básica, seja ela particular ou pública.

A Declaração Mundial sobre a Educação para todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem (DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1998, p. 2-3), surgiu de participantes da Conferência Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, reunidos em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990, que viram a necessidade de criar uma declaração na qual salientaram que “[...] a Educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro; [...] (p. 2)” e que a educação, naquela época, era ministrada e apresentava graves deficiência. Por isso, criara-a para mudar esse panorama mundial.

Para exemplificar essa reflexão, cita-se uma parte da declaração na qual fala sobre a educação de pessoas com deficiência:

1.A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades.

2. Para que a educação básica se torne eqüitativa (sic), é mister oferecer a todas as crianças, jovens e adultos, a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem. A prioridade mais urgente é melhorar a qualidade e garantir o acesso à educação para meninas e mulheres, e superar todos os obstáculos que impedem sua participação ativa no processo educativo. Os preconceitos e estereótipos de qualquer natureza devem ser eliminados da educação.

[...]

5. As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (UNESCO, 1990, p.4)

Nessa declaração, tentaram buscar uma solução para que a desigualdade de raças e portadores de deficiências diminuísse ao longo do tempo e que, na educação, o preconceito fosse atenuado. Em outras palavras, todos devem ter direito à educação básica e com qualidade.

Outra declaração que trata acerca do direito das pessoas à educação básica é a Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994), na qual surgiu de delegados da Conferência Mundial de Educação Especial e que representavam 88 governos e 25 organizações internacionais, em reunião na Salamanca/Espanha. Tal reunião ocorreu entre os dias 7 e 10 de junho de 1994, e reafirmaram o compromisso da Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência de uma educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, dentro do sistema regular de ensino. Assim, reelaboraram a Estrutura de Ação em Educação Especial.

Essa declaração apresenta vários eixos, e, para o presente estudo, vale destacar as partes que abordam o direito de cada criança e a estrutura das escolas, que consiste em (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.3-5):

2.O direito de cada criança à educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais

possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças.

[...]

3.O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas (sic) ou outras. [...]. No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. [...] Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. [...]. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severa. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva.

[...]

7. Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. [...]. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola.

Na declaração de Salamanca (1994), é citada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), o qual foi “[...] elaborada por representante de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo[...].”(DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2015, s.p). Foi proclamada em 10 de dezembro de 2015, pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. A declaração estabeleceu, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2015, s.p).

Para tanto, o artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos ([1948], 2015, p.6) declara:

1.Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito. [...]

Como se pode verificar, a Declaração Universal de Direitos Humanos e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos deram apoio ao direito à educação básica para todos, enfatizando a inclusão. E essa lei deveria ser colocada em prática nas escolas, mas ainda está a desejar no Brasil.

Com relação à estrutura escolar, a Declaração de Salamanca aponta que a escola deveria ser um local, onde aceite qualquer pessoa, seja ela portadora de deficiência ou não. A declaração mostra a pura verdade com o uso do verbo **deveria**, pois nos dias de hoje é o que acontece: deveria ter, mas na realidade não tem uma escola adequada e que apresente uma qualidade de ensino a essas crianças. Já se passaram 11 anos desde o ano que foi escrita essa declaração e nada foi feito. Algumas escolas até apresentam essa estrutura, mas muitas delas nem pensam que um dia irão ter um aluno que tenha alguma deficiência. E se faz os questionamentos: O que farão?; Irão rejeitá-lo ou incluí-lo e adaptá-lo ao contexto escolar? E faz também uma ressalva sobre a escola inclusiva, onde os alunos apresentam atividades em conjunto e adequadas ao ensino, sem haver distinção entre eles.

Há também a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência (BRASIL, 2001), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL - 2012) e, por fim, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL - 2014).

Começa-se esse panorama nacional com a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência, visto que o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, promulga a Convenção Interamericana e cria o Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Este e os Estados fazem parte dessa Convenção e reafirmaram que:

[...] as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano. (BRASIL, 2001, s.p).

Além disso, estavam preocupados com a discriminação sofrida por essas pessoas. Por esses motivos, houve o comprometimento com a eliminação da discriminação, em todos os aspectos, diante das pessoas portadoras de deficiência. Com isso, no Artigo II da Convenção, apresentaram o objetivo que foi o de “prevenir

e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade”. (BRASIL, 2001, s.p). Novamente reafirmaram que as pessoas portadoras de deficiência têm o direito de ter uma educação de qualidade e que sejam incluídas na sociedade como qualquer outra pessoa.

O ECA, com a Lei nº8.069, criado em 13 de julho de 1990, “[...] é de referência mundial como legislação destinada a proteger a juventude” (BRASIL, 2012, s.p). Possui até o ano de 2012, 9 edições, na qual a Câmara dos Deputados realizou a tarefa importante de divulgar na íntegra e colocar em prática o que está escrito no estatuto, sempre com intuito de proteger a criança e adolescente.

O artigo 53 apresenta os direitos das crianças e dos adolescentes (BRASIL, 2012, p. 31):

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – direito de ser respeitado por seus educadores;

III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;

V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

O que se constata é que a criança e adolescente têm direito à educação básica, com igualdade ao acesso escolar, independentemente de raça, religião, condição social ou que apresente alguma deficiência. Além disso, deverão ser respeitados por seus professores e vice-versa.

O artigo 54, inciso III, do ECA (BRASIL, 2012, p.31), por sua vez, trata do dever do Estado com a criança e adolescente, portador de deficiência: “[...]III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; [...]”. Sendo assim, observa-se que é obrigação do Estado e das Escolas oferecerem atendimento a portadores de deficiência e, se for o caso, assegurar-lhes atendimentos diferenciados conforme a deficiência. Nessa visão, os alunos com Síndrome de Down não são deficientes; apresentam apenas características diferentes das outras pessoas.

No que concerne à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, esta estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, ou seja, “[...] disciplina a estrutura e o funcionamento do sistema escolar brasileiro, dando-lhe a unidade em meio à diversidade que caracteriza o país”. Além disso, “[...] a LDB é fundamental para que a educação seja compreendida como direito de todo cidadão brasileiro, desde a creche até os níveis mais avançados da formação superior”. (ALVES²⁰, 2014, p.7 apud BRASIL, 2014, p.7).

A 10ª edição de 7 de novembro de 2014 aponta que a Câmara dos Deputados cumpriu o papel de facilitar o acesso às pessoas dos direitos e deveres. Também que promova condições necessárias para a construção de uma sociedade justa e de qualidade. Com isso, houve a necessidade de criar vários artigos que abrangessem todos os níveis de ensino. Assim, no artigo 58, é abordada a educação especial em que o ensino deverá ser oferecido às crianças de zero a seis de idade que tenham alguma deficiência, transtornos de aprendizagem e desenvolvimento e superdotados, como é apresentado a seguir:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 2014, p.34).

O artigo 59, da LDB (BRASIL, 2014), por sua vez, trata sobre os sistemas de ensino, apresentando critérios básicos para que as escolas atendam com qualidade para atender essas crianças. Esses critérios são:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

²⁰ ALVES, Henrique Eduardo. In: BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96. 10 ed. Brasília, Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Downloads/ldb_10ed.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 2014, p.34).

Segundo Gil (2005), para que haja inclusão escolar, é preciso que as escolas respeitem as características de cada aluno e que ofereçam atendimento e alternativas pedagógicas. As escolas devem ter estrutura/recursos para oferecer um ambiente diferente, acolhedor e inclusivo a todos os alunos e que assim possam conviver com as diferenças.

Porém, insiste-se em frisar que muitas escolas ainda, em pleno 2015, não têm condições para dar nem atendimento adequado aos alunos que não possuem deficiência, imagina para os alunos que têm alguma deficiência, que exige atendimento especializado. Pode ser que a situação nesse quesito melhore, desde que haja empenho não somente do sistema público de educação, mas também da sociedade brasileira, em geral.

Segundo Batista e Mantoan (2007), aprender é uma ação humana individual e é percebida por quem está aprendendo, independente se o intelectual é mais ou menos desenvolvido. Por isso,

O atendimento educacional especializado decorre de uma nova visão da Educação Especial, sustentada legalmente e é uma das condições para o sucesso da inclusão escolar dos alunos com deficiência. Esse atendimento existe para que os alunos possam aprender o que é diferente do currículo do ensino comum e que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência. (BATISTA; MANTOAN, 2007, p. 17).

A inclusão necessita de muita reflexão e muito preparo do sistema escolar, para que esse sistema consiga adaptar e incluir todos os alunos independentemente se ele for portador da Síndrome de Down ou que possua alguma deficiência. Para

que isso aconteça, é necessário superar muitas barreiras, conforme aponta Carvalho²¹ (2003, p.61) apud Silva (2009, p.4):

Em síntese, há que examinar todas as variáveis do processo educativo escolar, envolvendo as pessoas da escola (educadores, gestores, alunos, apoio administrativo); o ambiente físico (em termos de acessibilidade), os recursos financeiros e materiais (origens, quantidades, periodicidade de recebimento, manutenção de equipamentos e instalações), os graus de participação da família e da comunidade (parcerias), a filosofia de educação adotada (se tradicional ou não), o projeto político pedagógico construído pela comunidade escolar (natureza do documento, autores, destinação), a prática pedagógica (se mais centrada no ensino ou na aprendizagem), os procedimentos de avaliação (formativa, somativa, formal, informal), dentre outros aspectos. (CARVALHO, 2003, p.61 apud SILVA, 2009, p.4).

Para concluir, o professor tem um grande desafio, na inclusão desse aluno portador de necessidades especiais, pois muitas vezes está relacionado a sua formação inicial. No caso, o professor terá que se especializar e pesquisar sobre o assunto, conhecer métodos e estratégias para melhorar a aprendizagem do aluno. O ideal seria que todos os professores estivessem se atualizando e pesquisando métodos novos (brincadeiras, dinâmicas) que envolvam o conteúdo dado, pensando sempre na aprendizagem desse aluno, seja ele portador de alguma deficiência ou não.

No entanto, não é o que se vê nas escolas no dia a dia, pois há muitos professores que não procuram se atualizar, querem ir lá dar sua aula e ir embora, sem ao menos pensar se os alunos aprenderam ou não. As mudanças devem ser necessárias não só quando estabelecidas pelas leis, mas também na prática escolar. A esperança é que um dia essa situação mude e que se possa ver uma educação de qualidade no Brasil e que enfim haja a inclusão necessária aos portadores de necessidades especiais.

Na próxima seção será discutida a metodologia, no qual será apresentado o instrumento de investigação e os sujeitos que participaram dessa pesquisa, Além disso, será relatado como foi a coleta dos dados, nas escolas pesquisadas.

²¹CARVALHO, R.E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. Educação inclusiva. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

3 METODOLOGIA

Esta seção é designada à apresentação do percurso metodológico para a pesquisa realizada e análise dos dados. Para tal, primeiramente, são apresentados aspectos referentes aos sujeitos investigados, nas etapas de coleta dos dados e os instrumentos selecionados ao estudo. Por segundo, são explicitados os procedimentos de coleta e finalmente os critérios para a análise dos dados.

3.1 Apresentação do instrumento de pesquisa e dos sujeitos investigados

Foram feitas uma pesquisa bibliográfica e outra, de campo, de natureza quantitativa e qualitativa. Assim, buscou-se analisar se há inclusão de crianças portadores da Síndrome de Down, em oito escolas municipais, sete estaduais e uma particular, perfazendo um total de dezesseis escolas de Jaguarão/RS, através de um questionário aberto (APÊNDICE 1), respondido por quatro diretores, quatro supervisores e oito professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

3.2 Procedimentos da coleta de dados

A coleta de dados, através do questionário (APÊNDICE 1), aplicado em 16 escolas de Jaguarão/RS, foi realizada entre 10 a 18 de novembro de 2015. Essa pesquisa de campo foi bem aceita nas escolas, na qual os diretores, coordenadores e professores do AEE mostraram-se receptivos para responder as perguntas. O questionário era entregue aos sujeitos selecionados e: ou era respondido logo em seguida por eles ou respondido e entregue em dias posteriores.

3.3 Critérios de análise de dados

Os critérios utilizados para realizar a análise dos dados obtidos, através do questionário, foram divididos em escolas municipais, estaduais e particular, na qual cada questão foi discutida, conforme essa classificação, mediante aportes teóricos mencionados nas seções 1 e 2. Cada questão, por sua vez, foi assim analisada:

- Na primeira questão “O que você sabe sobre a Síndrome de Down?”, foi elaborado o gráfico 1 para identificar quantas pessoas souberam responder, tentaram responder e quantas não souberam responder;
- Na segunda questão “Já teve algum aluno com SD na escola?”, foi feito o gráfico 2 para verificar quantas escolas tiveram ou não aluno com Down;
- Na terceira questão “Se já teve, como foi o desenvolvimento e aprendizagem dele?”, foram analisados qualitativamente os relatos dos sujeitos que tiveram alunos com SD (não se gerou gráfico);
- Na quarta questão “Se não teve, por que não teve? Foi por que não há procura desses alunos ou por que a escola não aceita portadores da Síndrome de Down?”, o gráfico 3 elaborado se deu a partir das respostas: quantas escolas não aceitam portadores da SD, quantas escolas disseram que não há procura desses alunos e quantas disseram que não têm alunos com SD, porque não têm sala de recursos como a sala do AEE;
- Na quinta questão, foi analisada “Se a escola acha importante que haja a procura desses alunos ao ensino básico de educação? SIM/NÃO e por quê?”. Assim, o gráfico 4 aponta quantas escolas consideram importante ou não a procura de alunos com SD ao ensino básico de educação. E as justificativas foram analisadas conforme as respostas dadas pelos sujeitos;
- Na última questão “Como seria o desenvolvimento e aprendizagem dele se houvesse a procura de alunos portadores da Síndrome de Down? Seria um ensino adequado às necessidades dele ou seria um ensino como é para os outros alunos que não têm SD?” foi organizado o gráfico 5, o qual apresenta quantas escolas alegaram que o ensino seria o mesmo e quantas escolas, um ensino especializado. Em seguida, relata-se a razão de os sujeitos fornecerem tais respostas;
- E, por fim, será mostrada a relação das respostas das perguntas das escolas investigadas com os referenciais teóricos utilizados nas seções 2 e 3, do presente trabalho.

Na próxima seção, será apresentada a análise dos dados, no qual será feita uma reflexão através dos gráficos sobre os dados obtidos nas entrevistas nas escolas municipais, estaduais e particular de Jaguarão/RS.

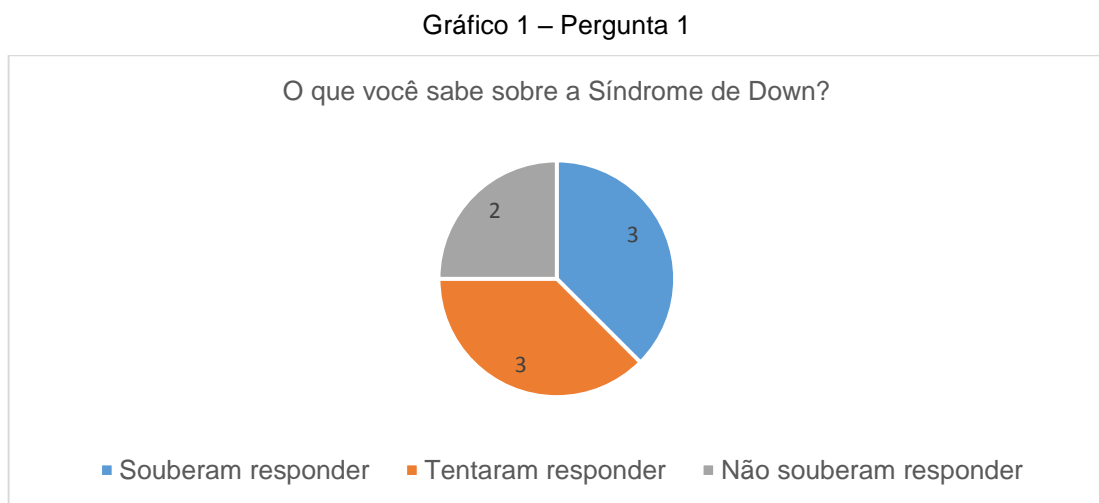
4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, será analisado e discutido o questionário (Apêndice 1) realizado pelas escolas municipais, estaduais e particular do município de Jaguarão/RS, separadamente, coma apresentação de gráficos. Após, será feito um panorama geral, com outros gráficos, dos dados de todas as escolas, relacionando-os com os referenciais teóricos utilizados nas seções 1 e 2.

4.1 Escolas municipais de Jaguarão/RS

A pesquisa realizada, através do questionário (Apêndice 1), foi desenvolvida em 8 (oito) escolas da rede municipal de Jaguarão/RS, situadas em vários bairros da cidade e também na escola da Granja Bretanha (área rural).

Na 1ª pergunta, foi perguntado aos entrevistados “O que você sabe sobre a Síndrome de Down?”, o qual originou os seguintes dados (Gráfico 1):



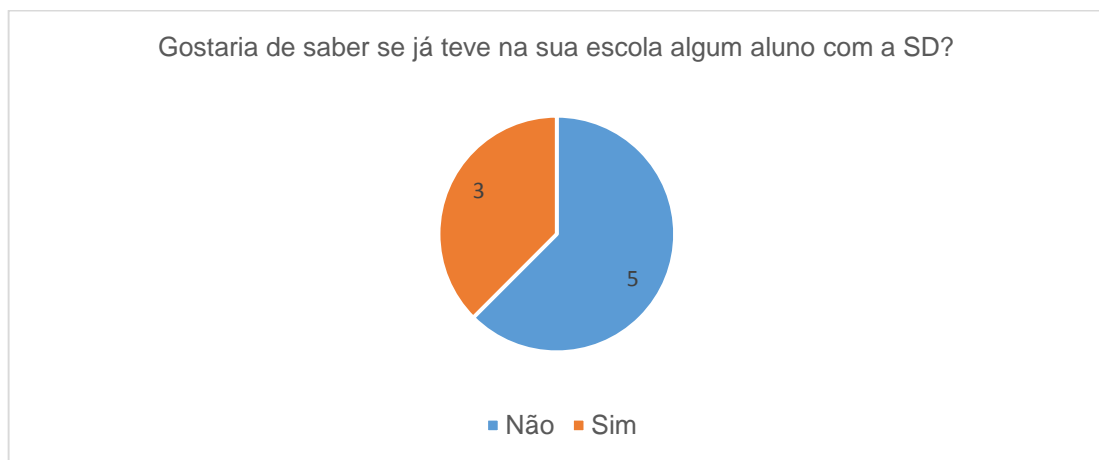
Fonte: Autoria nossa

Como se vê, das 8 (oito) escolas entrevistadas da rede municipal, 3 (três) souberam responder, inclusive, mais cientificamente, afirmando que a SD é uma condição cromossômica causada por um cromossomo extra no par 21. Outras 3 (três) entrevistadas tentaram responder, pois disseram que ocorre um desvio de um cromossomo no momento da fecundação e que geralmente isso acontece em mães com idade avançada, mas que não é uma regra. Além disso, a síndrome possui características bem definidas e que são sujeitos a algumas doenças. As outras

(duas) não souberam responder: uma respondeu que não tinha conhecimento porque não havia tido nenhum aluno portador da SD e a outra, que assistiu na televisão a documentários sobre o assunto e sabia que são pessoas com os mesmos direitos das demais.

Na 2ª pergunta foi perguntado se “Gostaria de saber se já teve algum aluno na escola com a Síndrome de Down?”, o qual se obteve os seguintes escores (Gráfico 2):

Gráfico 2 – Pergunta 2



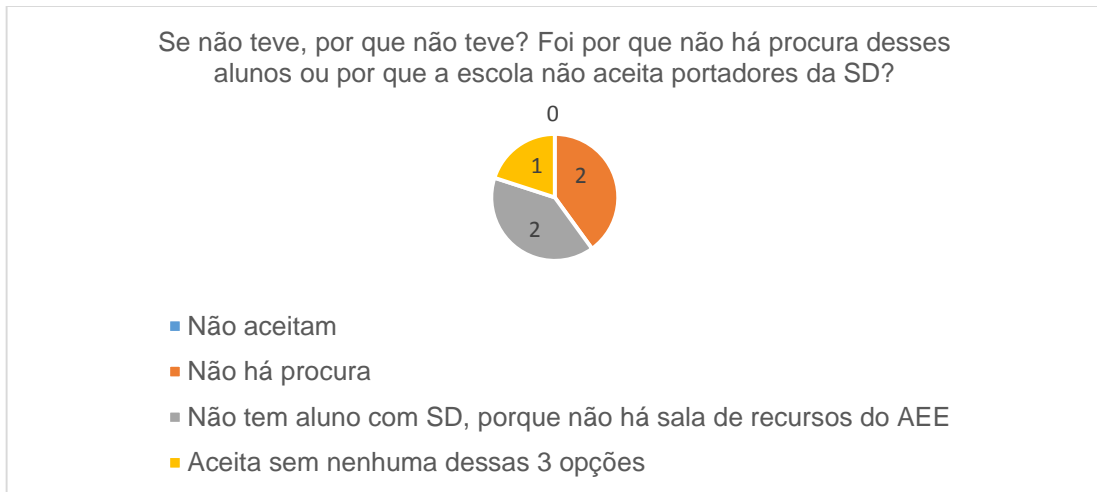
Fonte: Autoria nossa

De acordo com essas respostas, 5 (cinco) escolas responderam que não tiveram nenhum aluno com SD. E dessas, uma justificou que não houve procura por parte dos responsáveis dessas crianças e que não possui sala de recursos como o AEE. Apenas 3 (três) escolas responderam que tiveram e têm alunos com SD. Uma respondeu que teve um aluno em 2013 na pré-escola; outra, em 2015; e outra, só respondeu que teve.

As respostas obtidas na terceira pergunta, “Se já teve, como foi o seu desenvolvimento e aprendizagem dele?”, em acordo com as 3 (três) escolas que tiveram e têm alunos com SD, descreveram como foi e como é o desenvolvimento e aprendizagem desses alunos. Uma escola respondeu só **sim** na pergunta anterior, informando que o aluno tinha grande potencial de desenvolvimento. A outra, que está tendo um aluno este ano, 2015, informou que este tem bastante dificuldade e está em processo de alfabetização. Já a outra escola que teve um aluno na pré-escola, em 2013, não soube responder à pergunta, porque não foi professora dele.

Diante da quarta pergunta “Se não teve, por que não teve? Foi por que não houve procura desses alunos ou por que a escola não aceita portadores da Síndrome de Down?”, o gráfico 3 revela os dados referentes às 5 (cinco) escolas que não tiveram aluno com SD:

Gráfico 3 – Pergunta 4

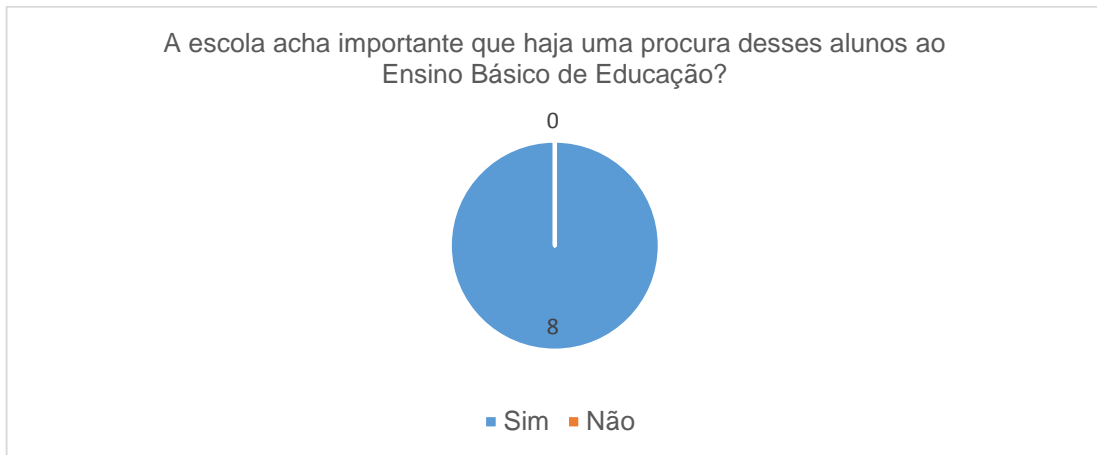


Fonte: Autoria nossa

As 5 (cinco) escolas que nunca tiveram aluno com SD, responderam que estão todas abertas para receber portadores de qualquer deficiência. Duas escolas destacaram, porém, que não houve procura pelo ensino para esses alunos; duas, responderam que não possuem sala de atendimento especializado e que não saberiam como iria funcionar esse atendimento se houvesse algum aluno com alguma deficiência; e outra, deixou claro que aceita e aceitará qualquer aluno.

Na quinta pergunta “A escola acha importante que haja a procura desses alunos ao ensino básico de educação? Sim/não e por quê?”, os resultados mostraram que (Gráfico 4):

Gráfico 4 – Pergunta nº 5

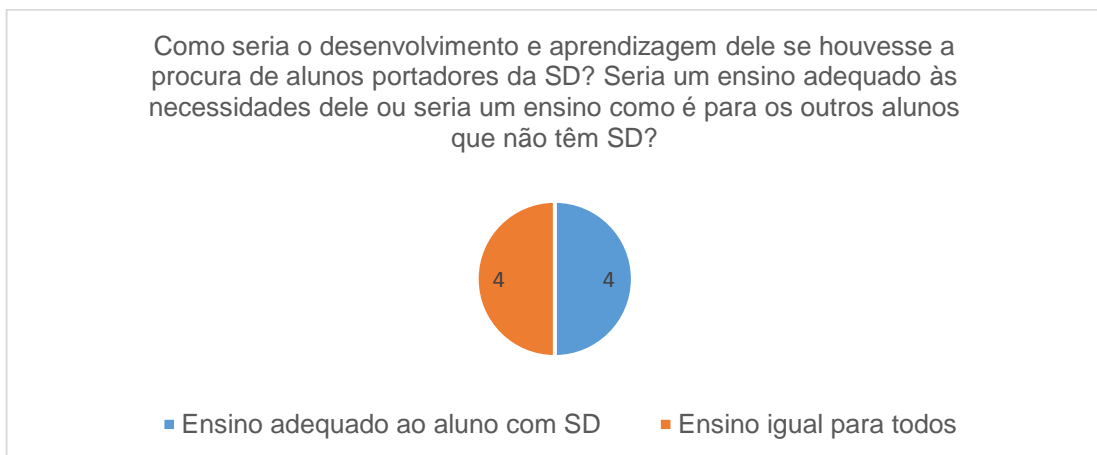


Fonte: Autoria nossa

- as 8 (oito) escolas consideram que portadores de SD procurem a Educação Básica. Há a lei da inclusão que visa à socialização e ao desenvolvimento de discentes com necessidades especiais e esta deve ser acatada à medida do possível. Apontaram, no entanto, a necessidade de as escolas terem condições para atender esses alunos, como preparar os profissionais para atendê-los. Além disso, que a escola possa ser um meio de interação, desenvolvimento e aprendizagem em todos os níveis e com todo e qualquer indivíduo, com alguma necessidade especial ou não.

Na última pergunta “Como seria o ensino desse aluno com SD? Seria um ensino adequado às necessidades dele ou seria um ensino como é para os outros que não têm a SD?”, o gráfico 5 (cinco) apresenta que:

Gráfico 5 – Pergunta 6



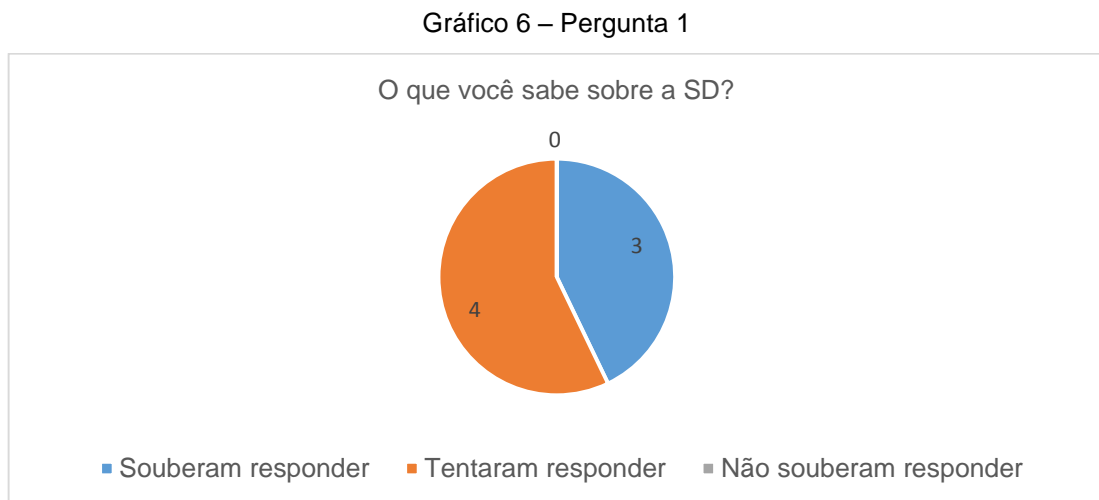
Fonte: Autoria nossa

- das 8 (oito) escolas analisadas, 4 (quatro) informaram que o ensino seria igual como é para os outros alunos. Entretanto, 3 (três) dessas, apontaram que, se precisasse, os alunos teriam direito ao AEE e à monitoria em sala de aula. As outras 4 (quatro) escolas mostraram a necessidade de um ensino adequado, visto que o AEE sempre é o mais indicado e que as escolas tentam aproximar o conteúdo às necessidades. E (1) uma escola expôs que o tipo de ensino que será dado a esses alunos depende do grau de comprometimento da criança, da família e do professor, para que haja um bom desenvolvimento e aprendizagem adequados.

4.2 Escolas estaduais de Jaguarão/RS

A pesquisa realizada através do questionário também foi realizada na rede estadual de ensino: sendo 7 (sete) escolas estaduais situadas em vários bairros do município de Jaguarão/RS. Os resultados seguem nos gráficos 6 a 10.

O gráfico 6 apresenta os dados da primeira pergunta “O que você sabe sobre a Síndrome de Down?”:



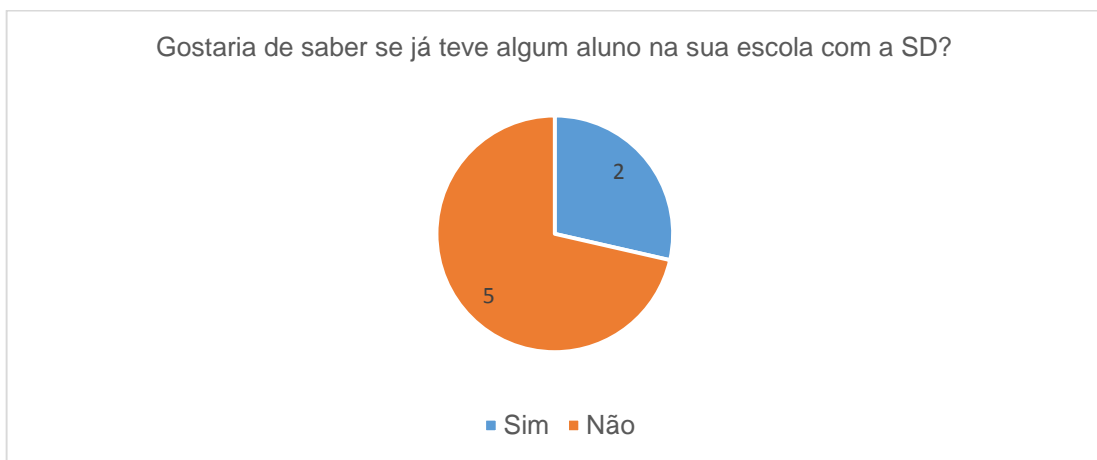
Fonte: Autoria nossa

Como se pode perceber, das 7 (sete) escolas, 3 (três) souberam fornecer respostas mais científicas, com conceitos e as outras 4 (quatro) tentaram responder algumas com conhecimento mais objetivo. As escolas responderam as questões relatando que a Síndrome de Down não é uma doença, mas uma disfunção genética devido à presença de um cromossomo a mais, causando deficiências de

aprendizagem e características físicas semelhantes e específicas, mas que desenvolvem aptidões para a arte, música, trabalhos artesanais. São pessoas com limitações, como todos os seres humanos, que merecem um lugar na sociedade. Antigamente pessoas com essa síndrome, por suas características físicas, eram vistas como tendo atraso mental ou que eram mongoloides.

Das respostas obtidas da pergunta 2 “Gostaria de saber se já teve algum aluno na sua escola com a SD? ”, foi possível elaborar o gráfico 7.

Gráfico 7 – Pergunta 2

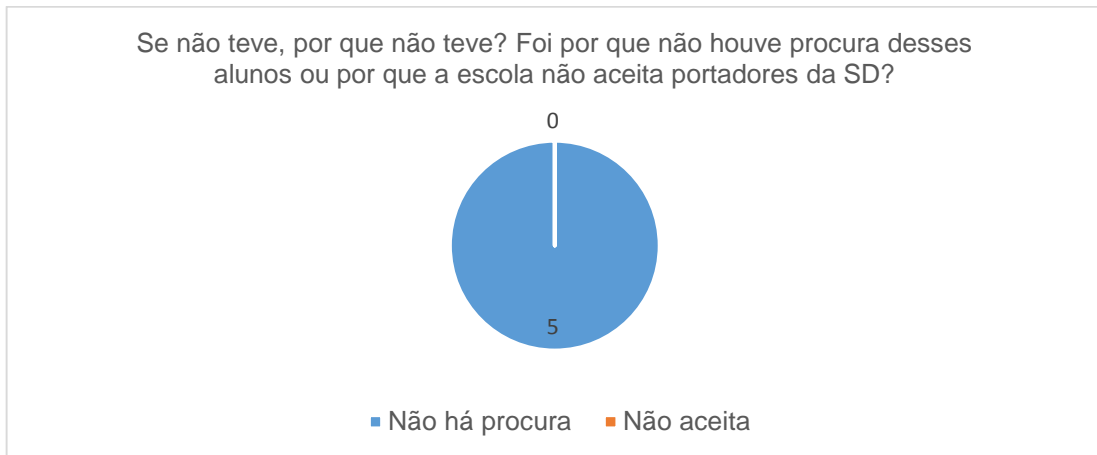


Fonte: Autoria nossa

Na segunda pergunta, 5 (cinco) escolas nunca tiveram aluno com SD e duas, sim. E, já aproveitando o gráfico 7, serão relatadas as respostas da 3ª pergunta “Se já teve, como foi o desenvolvimento e aprendizagem dele? ”. Das 2 (duas) escolas que tiveram alunos com SD, uma teve 3 (três), sendo que 2 (dois) apresentaram desenvolvimento de aprendizagem. Já na outra escola, foi bom o desenvolvimento e houve progressos comportamentais e motores e ainda acrescentou que a escola aceita portadores da SD. No entanto, o que se percebe é que existem diferentes graus de comprometimento. Neste caso específico, o aluno não retinha o que era trabalhado, sendo sempre necessário retornar quase ao ponto inicial diariamente.

Para realizar a análise da pergunta 4 “Se não teve, por que não teve? Foi por que não houve a procura desses alunos ou por que a escola não aceita portadores da SD? ”, foi criado o gráfico 8, com as respostas das escolas que não tiveram alunos com a SD.

Gráfico 8 – Pergunta 4

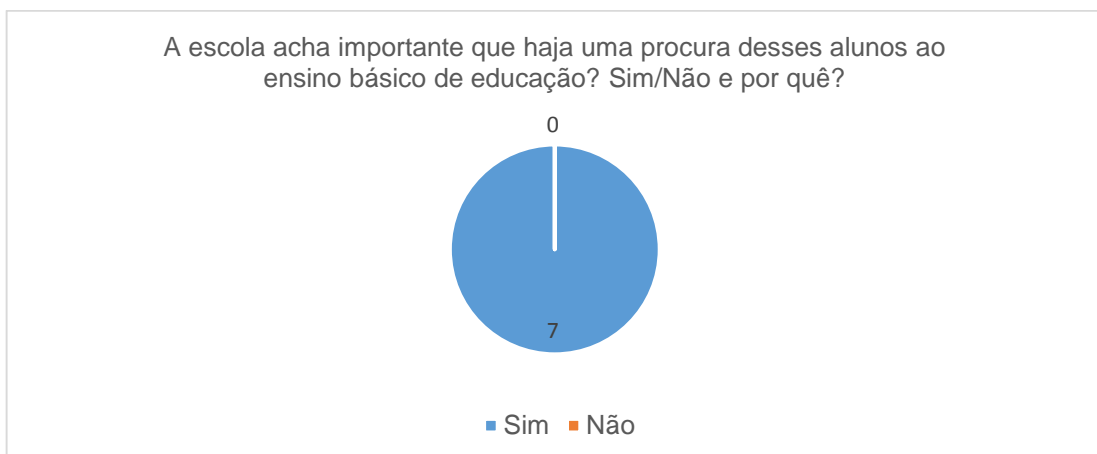


Fonte: Autoria nossa

Todas as 5 (cinco) escolas afirmaram que não houve a procura por parte dos pais desses alunos pela escola. Uma escola informou que teve a procura de um aluno para a pré-escola. A vaga foi ofertada, mas a mãe preferiu levá-lo para a APAE.

De acordo com o gráfico 9, pode-se analisar a questão 5 “A escola acha importante que haja a procura desses alunos ao ensino básico de educação? Sim/Não e por quê?”:

Gráfico 9 – Pergunta 5



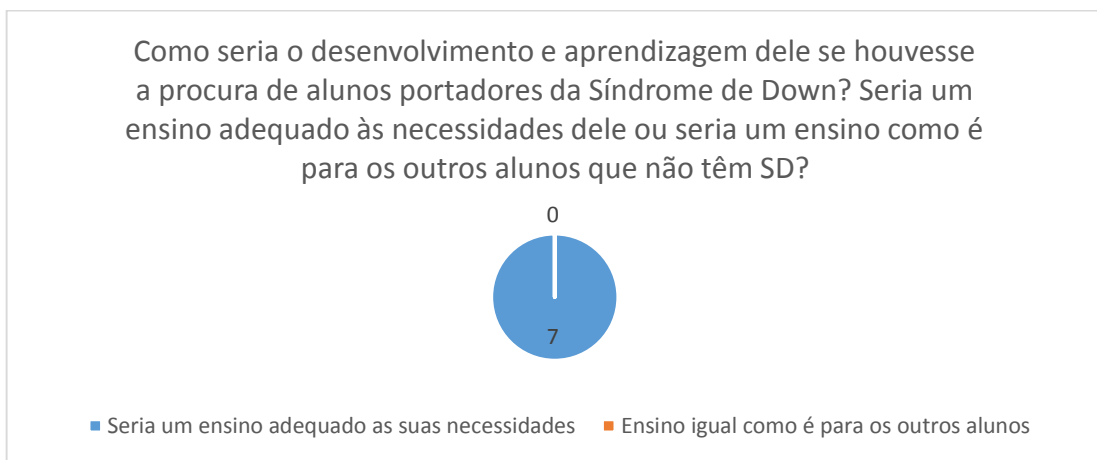
Fonte: Autoria nossa

A partir das respostas obtidas, pode-se constatar que todas as escolas acreditam ser importante que haja uma procura da Educação Básica e relataram que a inclusão abriu as portas da escola, porém, não há professores capacitados para atendê-los. Com isso, deve haver um suporte nas escolas para que se consiga

desenvolver uma educação de qualidade, atendendo às necessidades de cada aluno. E salientam, por mais que esses alunos necessitem de um atendimento especializado extra, entendem o quanto é importante a socialização, convivência e trocas de experiências no ambiente escolar.

Na última questão “Como seria o ensino desse aluno com SD? Seria um ensino adequado às necessidades dele ou seria um ensino como é para os outros que não têm a SD?”, o gráfico 10 revela:

Gráfico 10 – Pergunta 6



Fonte: Autoria nossa

Assim, como se pode verificar, as 7 (sete) escolas estaduais afirmam que o ensino deve ser adequado às necessidades dos portadores da SD e ainda reafirmam que deve ser a todos, que não importa a deficiência. Todas justificaram as respostas. Uma delas relatou que a escola tentaria apoio junto à mantenedora, junto com mais três escolas que apontaram que o ensino deveria ser adequado às necessidades do aluno; outra, apontou que o professor que recebe um aluno com qualquer síndrome deverá adaptar o trabalho ao aluno; outra, acredita que o ensino oferecido nas escolas da rede não supre totalmente as necessidades desses alunos, pois eles necessitariam de atendimento com fonoaudiólogos, psicólogos, estimulação motora. Enfim, toda uma rede de atendimento e apoio que o ensino regular não oferece.

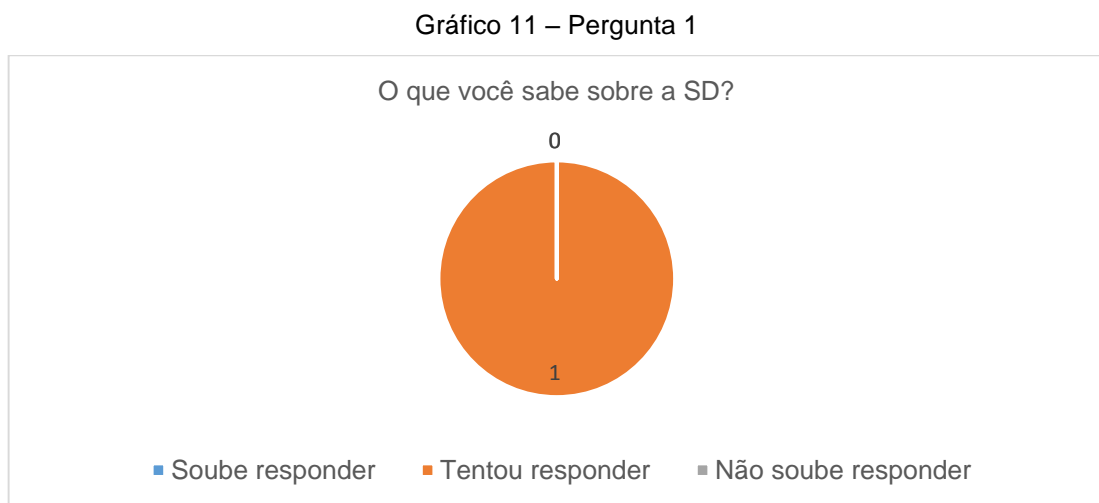
Por fim, a sétima escola relatou que cada caso deve ser avaliado, estudado e observado a fim de que se possam traçar estratégias necessárias e disponíveis, como por exemplo, recursos humanos e materiais, para contribuir no processo de aprendizagem e desenvolvimento desses alunos. A escola acredita que, indiferente

se há ou não alunos com síndromes ou outras necessidades na sala de aula, o ensino adequado é o que respeite a individualidade de cada um, levando em consideração a heterogeneidade da turma. E acredita ser importante que, assim como todos os alunos, os que são portadores da SD, possam desenvolver com autonomia, assumindo responsabilidades, interagindo socialmente, intelectualmente e oralmente em um meio estimulante e que os incentivem dentro das possibilidades educacionais.

4.3 Escola particular

No município de Jaguarão/RS, há apenas 1 (uma) escola particular e se situa no centro da cidade. Os resultados dessa escola serão apresentados nos gráficos 11 a 15.

Com a primeira pergunta “O que você sabe sobre a SD?”, verificou-se através do gráfico 11 se a entrevistada sabia ou não, o que é a SD.

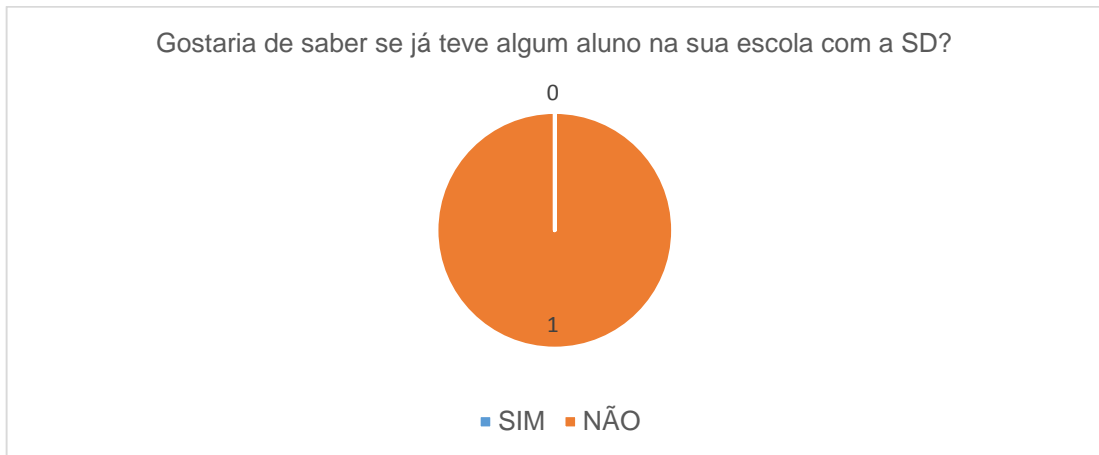


Fonte: Autoria nossa

A entrevistada tentou responder, relatando que são pessoas que necessitam de um ensino adequado, pois são portadoras de necessidades especiais. Ressalta, porém, que possui um grande potencial.

A segunda pergunta “Gostaria de saber se já teve algum aluno na sua escola com a Síndrome de Down?”, gerou-se o gráfico 12, que revelou que a escola não matriculou alunos com a SD.

Gráfico 12 – Pergunta 2

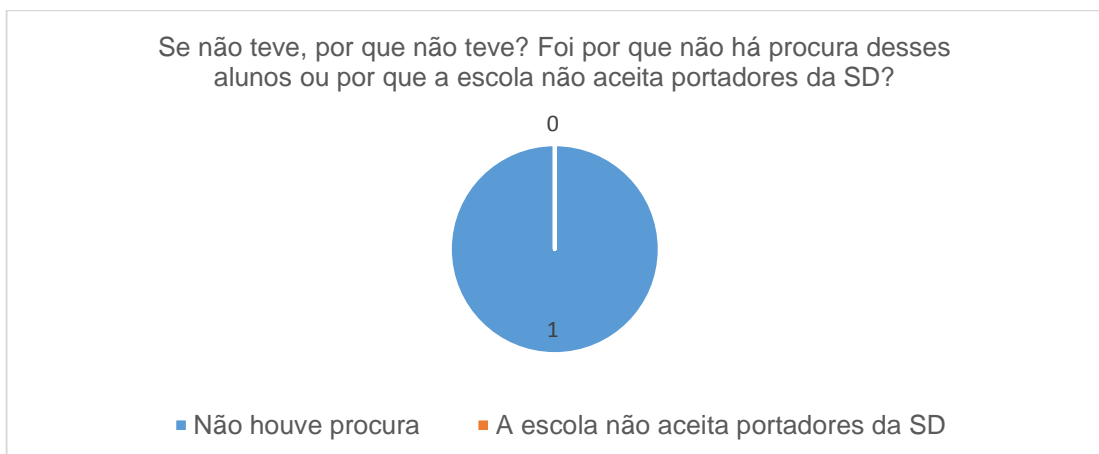


Fonte: Autoria nossa

Na terceira pergunta “Se já teve, como foi o desenvolvimento e aprendizagem dele?”, não houve resposta, pois não teve nenhum aluno com SD na escola.

Através da resposta da 4ª pergunta “Se não teve, por que não teve? Foi por que não há procura desses alunos ou por que a escola não aceita portadores da SD?”, foi elaborado o gráfico 13, que mostra o resultado com: não houve procura.

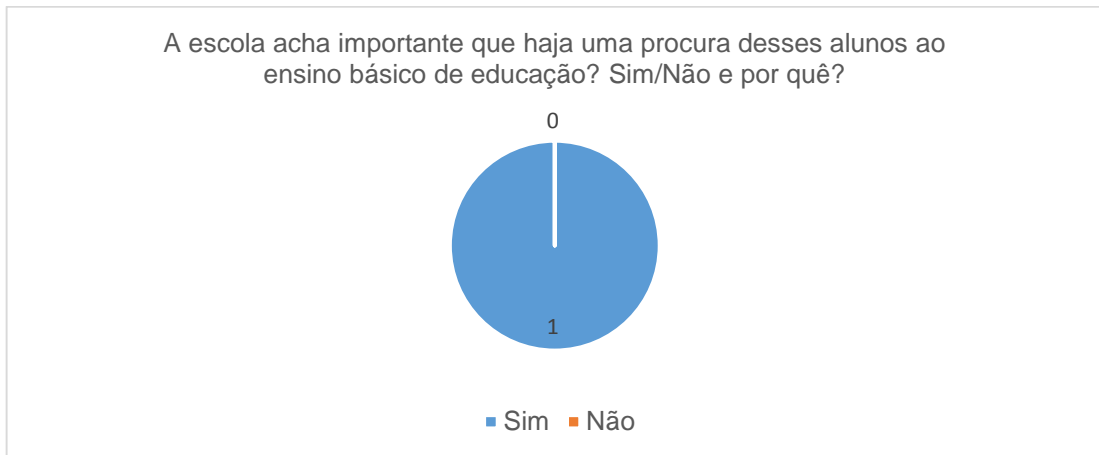
Gráfico 13 – Pergunta 4



Fonte: Autoria nossa

Na quinta pergunta “Se a escola acha importante que haja uma procura desses alunos ao ensino básico de educação? Sim/não e por quê?”, foi criado o gráfico 14, através da resposta.

Gráfico 14 – Pergunta 5

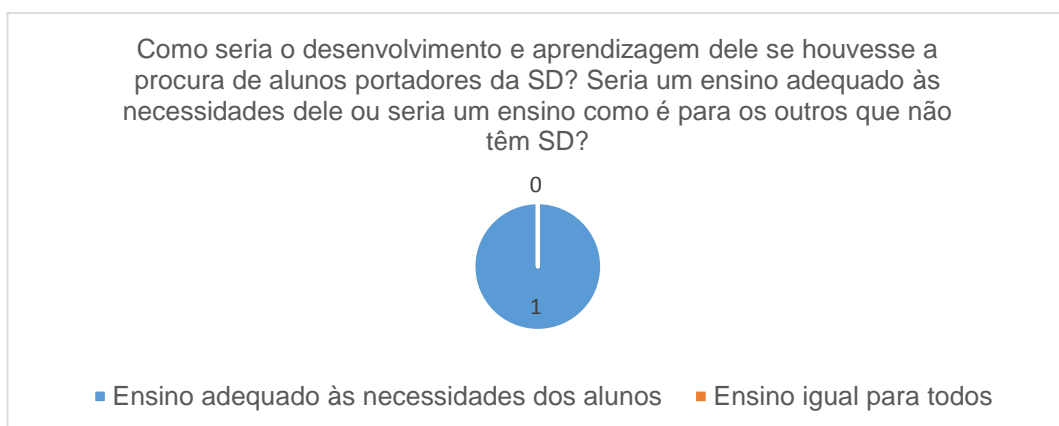


Fonte: Autoria nossa

A entrevistada respondeu que sim, porém é necessário que os professores estejam preparados e/ou tenham um suporte para poder trabalhar de maneira eficaz com esse aluno.

De acordo com a última pergunta “Como seria o desenvolvimento e aprendizagem dele se houvesse a procura de alunos portadores da Síndrome de Down? Seria um ensino adequado às necessidades dele ou seria um ensino como é para os outros alunos que não têm SD?”, obteve-se a resposta de que ele precisaria de um ensino adequado às necessidades dele.

Gráfico 15 – Pergunta 6



Fonte: Autoria nossa

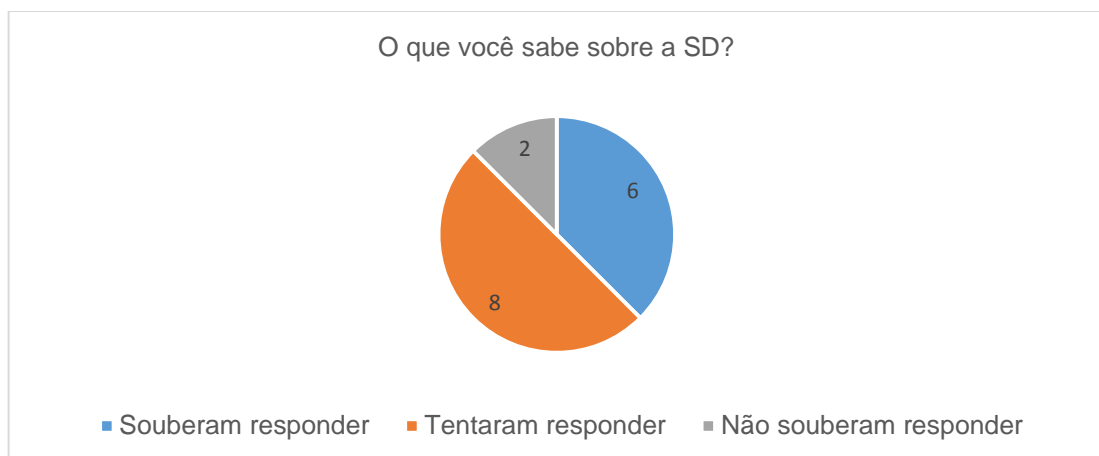
4.4 Síntese crítica geral dos resultados obtidos

Será realizado, nesta subseção, o panorama geral das perguntas em relação a todas as 16 (dezesesseis) escolas, sendo 8 (oito) escolas municipais, 7 (sete) estaduais e 1 (uma) particular.

Em relação à primeira pergunta, “O que você sabe sobre a Síndrome de Down? ”, os resultados (Gráfico 16) revelaram que 6 (seis) escolas que souberam responder, trouxeram conceitos da Síndrome de Down, mais cientificamente, com conceitos mais técnicos do que objetivos. Esses conceitos vêm em acordo com o conceito do autor González (2007) apud Souza, Milane e Rodrigues (2012, p.2), no qual afirma que “[...] a Síndrome de Down (SD) é uma alteração genética, caracterizada pela presença de um cromossomo a mais no par 21, chamada de trissomia 21[...]”. Os seis entrevistados trouxeram conceitos idênticos ou parecidos com o conceito utilizado por González.

As outras oito escolas tentaram responder com conceitos mais objetivos e resumidos do que presenciavam no dia-a-dia, mediante escutas de programas de rádio e/ou em assistir a programas de televisão. E as outras duas escolas não souberam responder o que é a Síndrome de Down.

Gráfico 16 – Pergunta 1



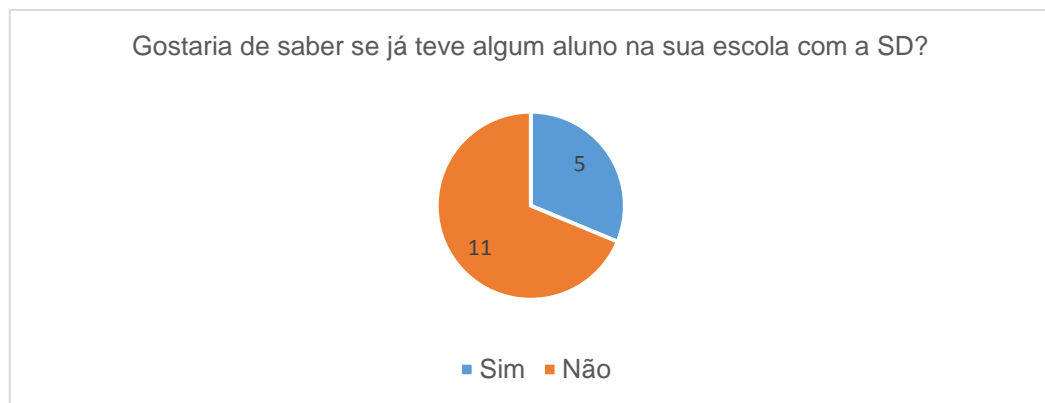
Fonte: Autoria nossa

Referente à segunda pergunta “Gostaria de saber se já teve algum aluno na sua escola com a Síndrome de Down?”, pode-se averiguar que das dezesseis

escolas entrevistadas, onze não tiveram alunos com SD e cinco tiveram alunos com SD (Gráfico 17).

Através do gráfico 17, também, analisou-se a 3ª pergunta “Se já teve, como foi o desenvolvimento aprendizagem dele?”, e cinco escolas (três municipais e duas estaduais) relataram que alguns alunos que estavam no ensino básico apresentavam estimulação e desenvolvimento e estão no processo de alfabetização. Alguns alunos, ao contrário, apresentavam algumas dificuldades, como a não aceitação e com isso não houve avanços. Em outro caso, o aluno não retinha o conteúdo que era trabalhado, tendo que ser retomado todos os dias.

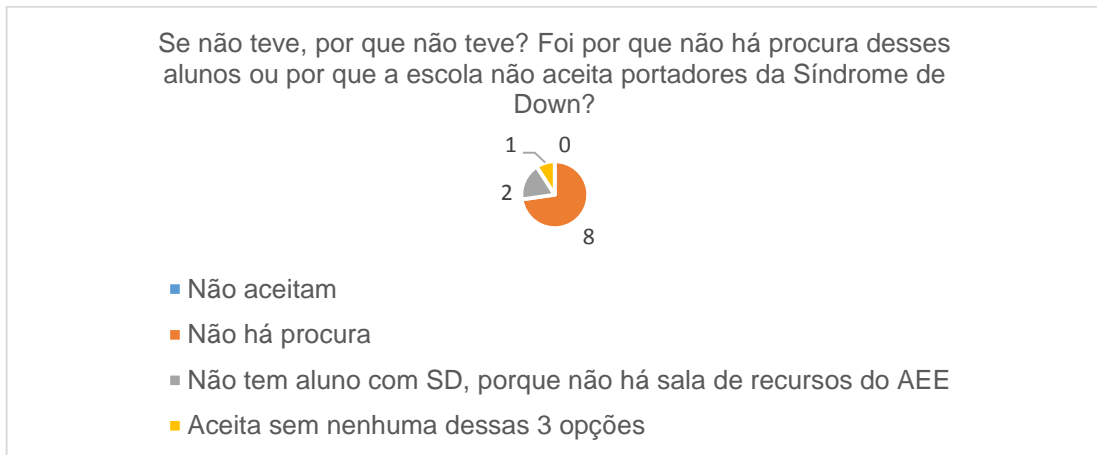
Gráfico 17 – Pergunta 2



Fonte: Autoria nossa

Na quarta pergunta “Se não teve, por que não teve? Foi por que não há procura desses alunos ou por que a escola não aceita portadores da SD?”, a maioria das onze escolas que não tiveram alunos com SD justificou que não há a procura pelo ensino por responsáveis por essas pessoas portadoras da SD. Algumas preferem levá-los direto para a APAE do que para uma escola, para ter o convívio com outras pessoas. Os próprios pais acabam sendo os maiores preconceituosos, diante dos filhos portadores de alguma deficiência ou de alguma síndrome, como a Síndrome de Down (vide gráfico 18).

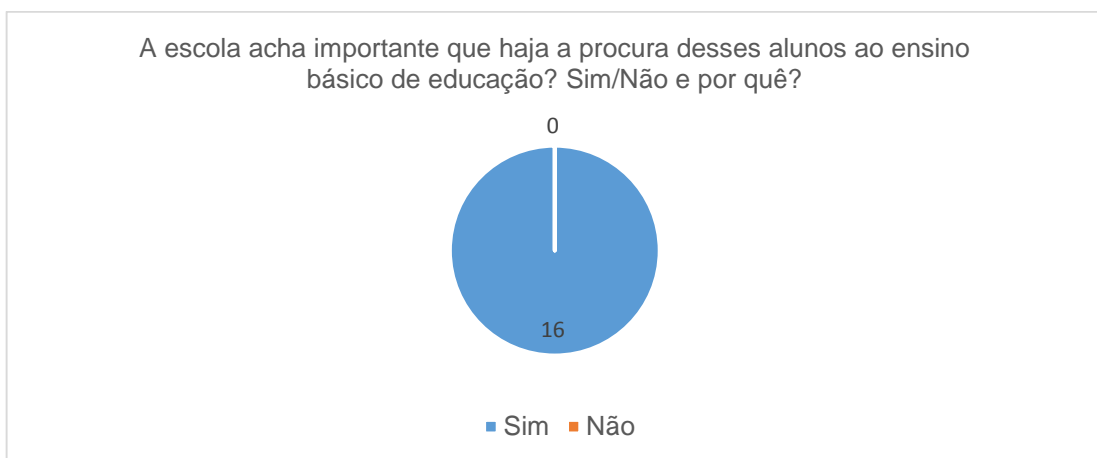
Gráfico 18 – Pergunta 4



Fonte: Autoria nossa

O gráfico 19, por sua vez, apresenta os resultados das respostas da quinta pergunta “A escola acha importante que haja a procura desses alunos ao ensino básico de educação? Sim/Não e por quê.”

Gráfico 19 – Pergunta 5



Fonte: Autoria nossa

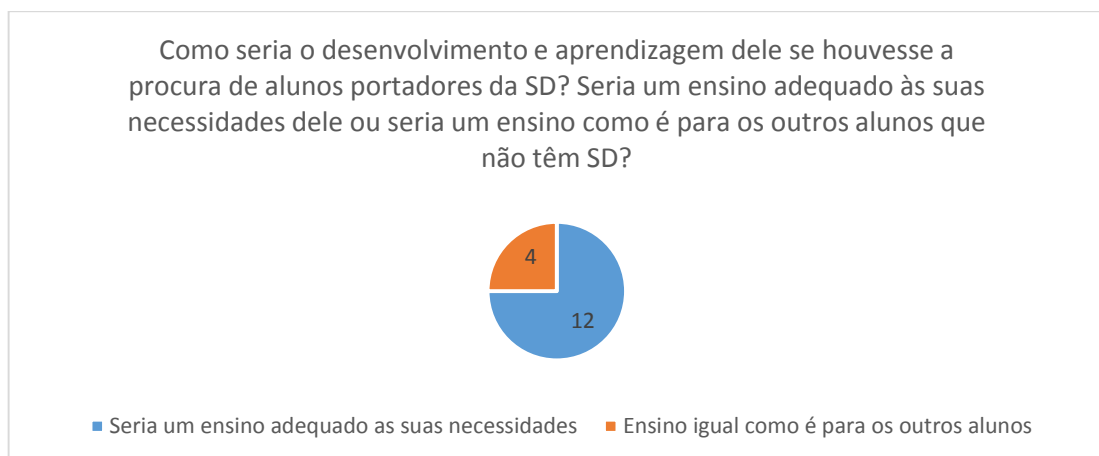
Como se pode observar, o gráfico 19 mostra que as dezesseis escolas entrevistadas consideraram importante a procura desses alunos ao ensino básico de educação, visto que as escolas justificaram essa pergunta relacionando com a inclusão. Assim, relataram que, segundo a legislação, a inclusão é sempre importante para o aluno, no entanto, a escola deve ser um meio de interação, desenvolvimento e aprendizagem em todos os níveis e com todo e qualquer indivíduo, com necessidades especiais ou não. Entretanto, alegam que a escola está

aberta a todos, mas, para que isso aconteça, a escola deve ter professores capacitados para suprir as necessidades e dificuldades que esses alunos especiais apresentarem.

Essa reflexão sobre a inclusão vem ao encontro de Mantoan (1998, s.p) com o conceito de inclusão: “O conceito se refere à vida social e educativa e todos os alunos devem ser incluídos nas escolas regulares e não somente colocados na "corrente principal" [...]”. Esse conceito reforça a tese de que todos os alunos têm direito a serem incluídos na rede de ensino, visto que é um direito deles e dever dos pais procurarem uma escola para o filho. E, se necessário, deverá ajudar e solicitar atendimento especializado quando necessário.

Em relação à última pergunta, “Como seria o desenvolvimento e aprendizagem dele se houvesse a procura de alunos portadores da Síndrome de Down? Seria um ensino adequado às necessidades dele ou seria um ensino como é para os outros alunos que não têm SD?”, o gráfico 20 aponta o seguinte:

Gráfico 20 – Pergunta 6



Fonte: Autoria nossa

Diante desses escores, pode-se perceber que doze escolas relataram que o ensino seria adequado às necessidades dos alunos e quatro afirmaram que o ensino da escola seria o mesmo ensino que é ministrado aos outros alunos que não possuem nenhuma deficiência ou alguma síndrome. Essas doze escolas, que optaram por um ensino adequado às necessidades, relataram que o tipo de ensino depende do grau de comprometimento da criança, da família e do professor e que as escolas tentam aproximar o conteúdo às necessidades dela. Cada caso deve ser avaliado, estudado e observado, a fim de que se possa traçar estratégias para a

melhor aprendizagem do aluno. Já as quatro escolas que optam por um ensino igual a todos, acreditam que o ensino deveria ser igual a todos e que se necessita, teriam direito ao AEE e à monitoria em sala de aula

Essas reflexões vêm ao encontro do artigo 53 do ECA, no qual apresenta os direitos das crianças e dos adolescentes (BRASIL, 2012, p. 31):

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – direito de ser respeitado por seus educadores;

III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;

V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Esse artigo apresenta que a criança e o adolescente têm direito ao ensino, sendo ele adequado ou não, deverá ser proporcionado a todos com dignidade e respeito. Esse direito não deve ser proporcionado somente pelo estado; é responsabilidade e também dos pais. Esses devem acreditar nos filhos, que um dia se tornarão pessoas com grandes qualidades e com um futuro brilhante pela frente. Basta apenas acreditar neles e proporcionar um ensino adequado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do referencial teórico analisado e da pesquisa de campo realizada, pode-se afirmar que, para que haja a inclusão de qualquer aluno, algumas barreiras devem ser derrubadas. A inclusão é para todos os alunos com ou sem deficiência e é garantida por lei. Porém, ainda carece de maiores esclarecimentos para que seja realmente efetivada em todas as escolas.

Pode-se observar, através da pesquisa realizada nas escolas, que apresenta vários aspectos que afetam a inclusão, entre eles: a falta de estrutura das escolas; a falta de recursos para trabalhar com os alunos, como a sala de AEE; a formação dos educadores para trabalhar com esses alunos e etc. Entretanto, pode-se observar também que não é somente a escola que apresenta problemas, a própria família do educando apresenta problemas, como: a não aceitação, o preconceito, consideram-no como doentes.

Acredita-se que a família deveria ser o primeiro passo para a inclusão, mas não é isso que é visto hoje em dia. Os pais, quando sabem que irão ter um filho com SD, acabam desde o início não o aceitando e, depois que nasce, não procuram um atendimento qualificado a ele e nem o deixa conviver com outras crianças que não são portadores de deficiência.

Os pais preferem levar o filho direto para a APAE. Acreditam muito no ensino que é proporcionado na APAE, o qual atende muitas das exigências para o desenvolvimento sócio cognitivo, com bons profissionais. A proposta, no entanto, atualmente, do Ministério da Educação é ir além dessa esfera social, ou seja, que portadores com SD ou com outras necessidades especiais também possam frequentar a rede regular de ensino, para poder conviver com outros alunos sem essas características.

Em suma, os primeiros passos para inclusão são muitos e foram dados. No caso das escolas de Jaguarão/RS, a maioria está se adequando à efetiva inclusão desses alunos, porém ainda têm um longo caminho pela frente para percorrer, com maior informação, conscientização e auxílio dos pais ou responsáveis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Patrícia. Síndrome de Down na história – Parte 03. **Movimento Down**. 16 maio 2015. Disponível em: <<http://www.movimentodown.org.br/2015/05/sindrome-de-down-na-historia-parte-03/>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

ANEUPLÓIDE. In: DICIONÁRIO MÉDICO, [s.l.], 2014. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/aneuploidia/>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

BATISTA, Cristina Abranches Mota; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Educação inclusiva: atendimento educacional especializado em deficiência mental. 2 ed. In: _____ (coord.) **Formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado: deficiência mental**. Brasília: MEC/SEESP, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmental.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. **Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 out. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm>. Acesso em: 06 nov. 2015.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei nº 8.069. 9 ed., Brasília: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96. 10 ed. Brasília, Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Downloads/ldb_10ed.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

CARIÓTIPO. In: DICIONÁRIO MÉDICO, [s.l.], 2014. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/cariotipo/>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

CRIPTORQUIDISMO. In: DICIONÁRIO MÉDICO, [s.l.], 2014. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/criptorquismo/>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

CROMOSSOMO. In: DICIONÁRIO MÉDICO, [s.l.], 2014. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/cromossomo/>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. A declaração universal dos direitos humanos. 2015. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/declaracao>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2015.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 28 out. 2015.

RODINI, Elaine Sbroggio de Oliveira; SOUZA, Aguinaldo Robinson de. Síndrome de Down: características e etiologia. **Cérebro e Mente** (Revista eletrônica de divulgação científica em Neurociência), São Paulo, n. 4, s.p. 1997-2003. Disponível em: <<http://www.cerebromente.org.br/n04/doenca/down/down.htm>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

GIL, Marta. (Coord.) **Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br/PortallO/download/pdf/projetossociais/educacao_inclusiva.pdf>. Acesso em: 12 nov.2015.

HIPOTONIA. In: DICIONÁRIO MÉDICO, [s.l], 2014. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/hipotonia/>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

LEITE, Leonardo. Genética Clínica. **Doenças genéticas: Síndrome de Down**. In: PROJETO GHENTE. Disponível em: <<http://www.ghente.org/ciencia/genetica/down.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

LIMAS, Daniel. **O que fazer ao saber que seu filho terá alguma deficiência?**. Vida mais livre. 4 mar. 2010. Disponível em: <http://www.vidamaislivre.com.br/especiais/materia.php?id=400&/o_que_fazer_ao_saber_que_seu_filho_tera_alguma_deficiencia>. Acesso em: 31 out. 2015.

MANTOAM, Maria Teresa Eglér. Integração x inclusão: escola (de qualidade) para todos. **Revista Pedagógica** (online), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), ano 2, nº 5, pp.48-51, maio/jul 1998. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/ep403/txt1.htm>>. Acesso em: 28 out. 2015.

MEIOSE. In: DICIONÁRIO MÉDICO, [s.l], 2014. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/meiose/>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

MENARCA. In: DICIONÁRIO MÉDICO, [s.l], 2014. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/menarca/>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

NEURO – MOTOR. In: DICIONÁRIO MÉDICO, [s.l], 2014. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=neuro+-+motor>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

OÓCITO. In: DICIONÁRIO MÉDICO, [s.l], 2014. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/oocito/>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

OVOGÊNESE. In: DICIONÁRIO MÉDICO, [s.l.], 2014. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/ovogenese/>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

PRÓFASE. In: DICIONÁRIO MÉDICO, [s.l.], 2014. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/profase/>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

SILVA, Brígida Karina Liechocki Nogueira. Inclusão escolar de uma criança com Síndrome de Down. In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro sul brasileiro de Psicopedagogia. Curitiba, 26-29 out. 2009. **Anais...** Curitiba, 2009, p. 1-14. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2465_1462.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2015.

SOUZA, Raimunda de; MILANE, Tatiane de Moura; RODRIGUES, Patrícia. **Crianças com Síndrome de Down nas séries iniciais: passos para a inclusão.** 2012. Disponível em: <http://famesp.com.br/novosite/wp-content/uploads/2011/12/Artigo_Pedagogia01_nov2012.pdf>. Acesso em: 12 nov.2015.

STARBUCK, M. JOHN. On the antiquity of trissomia 21: moving towards a quantitative diagnosis of down syndrome in historic material culture. *Journal of contemporary anthropology*. Volume II. Issue 1. Department of anthropology. University Park; Pennsylvania, 2001. Disponível em: <<http://docs.lib.purdue.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1019&context=jca>>. Acesso em: 24 out. 2015.

TRISSOMIA. In: DICIONÁRIO MÉDICO, [s.l.], 2014. Disponível em:<<http://www.dicio.com.br/trissomia/>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

TUOTO, Elvio Armando. Síndrome de Down: um epônimo médico consagrado. In: _____. **História da medicina** (online). Brasil, 4 jan. 2006. Disponível em: <<http://historyofmedicine.blogspot.com.br/2006/01/epnimo-sndrome-de-down-eponym-down.html>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

TUOTO, Elvio Armando. Jérôme Lejeune e a Síndrome de Down. In: _____. **História da medicina** (online). Brasil, 4 abril. 2009. Disponível em: <<http://historyofmedicine.blogspot.com.br/2009/04/dia-internacional-da-sindrome-de-down.html>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

ZIGOTO. In: DICIONÁRIO MÉDICO, [s.l.], 2014. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/zigoto/>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Questionário

1) O que você sabe sobre a Síndrome de Down? _____

2) Gostaria de saber se já teve algum aluno na sua escola com a Síndrome de Down. _____

3) Se já teve, como foi o desenvolvimento e aprendizagem dele? _____

4) Se não teve, por que não teve? Foi por que não há procura desses alunos ou por que a escola não aceita portadores da Síndrome de Down? _____

5) A escola acha importante que haja uma procura desses alunos ao ensino básico de educação? Sim/não e por quê? _____

6) Como seria o desenvolvimento e aprendizagem dele se houvesse a procura de alunos portadores da Síndrome de Down? Seria um ensino adequado às necessidades dele ou seria um ensino como é para os outros alunos que não têm Síndrome de Down?

APÊNDICE 2 – Questionário realizado pelas escolas municipais, estaduais e particular, respectivamente



- 1) O que você sabe sobre a Síndrome de Down? É uma má formação do cromossomo 23 que acarreta em algumas alterações físicas, psíquicas e até mesmo morfológica do indivíduo
- 2) Gostaria de saber se já teve algum aluno na sua escola com a Síndrome de Down. Sim. Na pré-escola em 2013.
- 3) Se já teve, como foi o desenvolvimento e aprendizagem dele? —
- 4) Se não teve, por que não teve? Foi por que não há procura desses alunos ou por que a escola não aceita portadores da Síndrome de Down? Porque não há procura. A escola está aberta para portadores de todos os tipos de necessidades.

5) A escola acha importante que haja uma procura desses alunos ao ensino básico de educação? Sim/não e por quê?

Sim. A escola deve usar um meio de interação, desenvolvimento e aprendizagem em todos os níveis e com todos e qualquer indivíduo, com necessidades especiais ou não.

6) Como seria o desenvolvimento e aprendizagem dele se houvesse a procura de alunos portadores da Síndrome de Down? Seria um ensino adequado às necessidades dele ou seria um ensino como é para os outros alunos que não têm Síndrome de Down?

O ensino básico comum a todos os alunos seria o mesmo para este porém, com o auxílio de um professor especializado e atendimento em sala de AÉ.



Universidade Federal do Pampa

- 1) O que você sabe sobre a Síndrome de Down? O que conheço é que tenho sobre a Síndrome de Down, é o que vejo pela cidade onde moro, pela televisão, documentários que já assisti e que são pessoas que têm os mesmos direitos que os demais cidadãos.
- 2) Gostaria de saber se já teve algum aluno na sua escola com a Síndrome de Down. Não teve nenhum aluno com a Síndrome de Down nesta escola.
- 3) Se já teve, como foi o desenvolvimento e aprendizagem dele? -
- 4) Se não teve, por que não teve? Foi por que não há procura desses alunos ou porque a escola não aceita portadores da Síndrome de Down? Nenhum dos dois casos, pois a escola sempre aceitou e aceitará todo o tipo de aluno, pois estamos abertos a todos os alunos a serem inseridos nesta escola, sendo que é uma escola que fica a difid. ocaso da cidade de Jaguarão.

- 5) A escola acha importante que haja uma procura desses alunos ao ensino básico de educação? Sim/não e

porquê? Sim, pois todos os alunos em idade escolar, têm direitos adquiridos como os demais alunos e onde a inclusão destes alunos no âmbito escolar, está sendo bem debatida atualmente.

- 6) Como seria o desenvolvimento e aprendizagem dele se houvesse a procura de alunos portadores da Síndrome de Down? Seria um ensino adequado às necessidades dele ou seria um ensino como é para os outros alunos que não têm Síndrome de Down?

O desenvolvimento e aprendizagem destes alunos portadores da Síndrome de Down, inseridos num âmbito escolar, seria um ensino como é para os outros alunos, sendo que teria um "monitor", para ajudá-lo no que fosse preciso.



Universidade Federal do Pampa

- 1) O que você sabe sobre a Síndrome de Down? Ocorre no momento da fecundação, por desvia de um cromossomo.
Geralmente em mães com idade avançada mas não é regra. E o bebê ao nascer já apresenta todas as características de Down e deve ser estimulada
- 2) Gostaria de saber se já teve algum aluno na sua escola com a Síndrome de Down. Ainda não.
- 3) Se já teve, como foi o desenvolvimento e aprendizagem dele? —
- 4) Se não teve, por que não teve? Foi por que não há procura desses alunos ou por que a escola não aceita portadores da Síndrome de Down? A escola é aberta à educação para todas respeitanda a lei vigente. LOB N/96. Ainda não registramos alunos com a síndrome de Down. Há vários alunos com Deficiência intelectual e múltipla. Temos sala de AEE.

5) A escola acha importante que haja uma procura desses alunos ao ensino básico de educação? Sim/não e por quê?

Lógico, afirmo que a inclusão conforme a legislação, mesmo que utilize o termo "preferencialmente" entendemos que para a socialização é o desenvolvimento do aluno, e bastante positivo, baseado também

6) Como seria o desenvolvimento e aprendizagem dele se houvesse a procura de alunos portadores da Síndrome de Down? Seria um ensino adequado às necessidades dele ou seria um ensino como é para os outros alunos que não têm Síndrome de Down?

Nós já realizamos com os outros alunos especiais, um currículo flexibilizado e adaptado, que passa atender as necessidades.

Não seria diferente com aluno portador da Síndrome de Down.

O que tentamos é aproximar o que for possível do currículo de base comum.



Universidade Federal do Pampa

1) O que você sabe sobre a Síndrome de Down?

Possuem características físicas semelhantes, sujeitos a algumas doenças, Apresentam deficiência intelectual e de aprendizado estabelecem boa comunicação, são sensíveis.

2) Gostaria de saber se já teve algum aluno na sua escola com a Síndrome de Down.

Sim.

3) Se já teve, como foi o desenvolvimento e aprendizagem dele?

Aluno com grande potencial de desenvolvimento.

4) Se não teve, por que não teve? Foi por que não há procura desses alunos ou por que a escola não aceita portadores da Síndrome de Down?

—

5) A escola acha importante que haja uma procura desses alunos ao ensino básico de educação? Sim/não e por quê? Sim.

6) Como seria o desenvolvimento e aprendizagem dele se houvesse a procura de alunos portadores da Síndrome de Down? Seria um ensino adequado às necessidades dele ou seria um ensino como é para os outros alunos que não têm Síndrome de Down?

A Flexibilização curricular só acontecerá quando o professor frente ao professor especializado sinte a necessidade.



Universidade Federal do Pampa

- 1) O que você sabe sobre a Síndrome de Down? É uma síndrome com origem de má formação genética de ordem cromossômica. É uma síndrome com características físicas bem definidas.
- 2) Gostaria de saber se já teve algum aluno na sua escola com a Síndrome de Down. não
- 3) Se já teve, como foi o desenvolvimento e aprendizagem dele? -
- 4) Se não teve, por que não teve? Foi por que não há procura desses alunos ou por que a escola não aceita portadores da Síndrome de Down? Não houve procura de alunos por vaga.

5) A escola acha importante que haja uma procura desses alunos ao ensino básico de educação? Sim/não e por quê?

Sim, pela sua socialização e para auxiliar no desenvolvimento intelectual. Crianças com essa síndrome conseguem uma grande evolução quando incluídas na rede regular de ensino.

6) Como seria o desenvolvimento e aprendizagem dele se houvesse a procura de alunos portadores da Síndrome de Down? Seria um ensino adequado às necessidades dele ou seria um ensino como é para os outros alunos que não têm Síndrome de Down?

Depende do grau de comprometimento da criança e do comprometimento da família e do professor.



Universidade Federal do Pampa

1) O que você sabe sobre a Síndrome de Down? descobri em como tra

balhar com o caso.

2) Gostaria de saber se já teve algum aluno na sua escola com a Síndrome de Down. Não

3) Se já teve, como foi o desenvolvimento e aprendizagem dele? —

4) Se não teve, por que não teve? Foi por que não há procura desses alunos ou por que a escola não aceita portadores da Síndrome de Down?

A escola é aberta para alunos especiais porém ainda não temos sala de recursos na escola. Gostaria de ter salas especiais planejadas para atendimento especializado.

5) A escola acha importante que haja uma procura desses alunos ao ensino básico de educação? ~~Sim~~/não e por

quê? entendo que quanto mais
procura mais chance de ter-
mos seu receber. São de
recursos na escola.

6) Como seria o desenvolvimento e aprendizagem dele se houvesse a procura de alunos portadores da Síndrome de Down? Seria um ensino adequado às necessidades dele ou seria um ensino como é para os outros alunos que não têm Síndrome de Down?

Atendimento especializado
porque é o mais indicado!!!



Universidade Federal do Pampa

1) O que você sabe sobre a Síndrome de

Down? Um erro no cromossomo 21 que causa em
certas crianças com atraso mental, com
algumas características físicas nos olhos,
colega achatada, cabelos, olhos, boca, mãos,
pés.

2) Gostaria de saber se já teve algum aluno na sua escola com a Síndrome de
Down. Sim, esse ano 2015

3) Se já teve, como foi o desenvolvimento e aprendizagem

dele? Tem bastante dificuldade, está em
processo de alfabetização

4) Se não teve, por que não teve? Foi por que não há procura desses alunos ou por
que a escola não aceita portadores da Síndrome de
Down?

5) A escola acha importante que haja uma procura desses alunos ao ensino básico de educação? Sim/não e por quê? sim, pois existe a lei da inclusão

6) Como seria o desenvolvimento e aprendizagem dele se houvesse a procura de alunos portadores da Síndrome de Down? Seria um ensino adequado às necessidades dele ou seria um ensino como é para os outros alunos que não têm Síndrome de Down?

Tem adaptações de conteúdos, e junto com a professora a aluna tem uma cuidadora



Universidade Federal do Pampa

- 1) O que você sabe sobre a Síndrome de Down? A Síndrome de Down é uma condição cromossômica causada por um cromossomo extra no par 21, são pessoas com personalidade única que omes tem características semelhantes e estão sujeitos a algumas doenças.
- 2) Gostaria de saber se já teve algum aluno na sua escola com a Síndrome de Down.
Não, pois a escola não oferece a sala de Atendimento Educacional Especializado e também não houve procura por parte de responsáveis.
- 3) Se já teve, como foi o desenvolvimento e aprendizagem dele?
Não teve
- 4) Se não teve, por que não teve? Foi por que não há procura desses alunos ou por que a escola não aceita portadores da Síndrome de Down?
Como já foi mencionado, não há sala de AEE com recursos para trabalhar com estes alunos, como não houve procura.

- 5) A escola acha importante que haja uma procura desses alunos ao ensino básico de educação? Sim/não e por quê?

Seria importante desde que as escolas tivessem condições necessárias para atender estes alunos, como preparar os profissionais para atendê-los.

- 6) Como seria o desenvolvimento e aprendizagem dele se houvesse a procura de alunos portadores da Síndrome de Down? Seria um ensino adequado às necessidades dele ou seria um ensino como é para os outros alunos que não têm Síndrome de Down?

É preciso conhecer e compreender como os alunos se desenvolvem, mas penso que seria um ensino onde citos "normais" e alunos com DOWN não semelhantes em suas inúmeras diferenças, no qual fossem respeitadas suas etapas já que os mesmos apresentam um ritmo de aprendizagem mais lenta porém a capacidade de aprender pode ser desenvolvidos com estímulos adequados.



Universidade Federal do Pampa

- 1) O que você sabe sobre a Síndrome de Down? É uma alteração genética, causada por um erro na divisão celular
- 2) Gostaria de saber se já teve algum aluno na sua escola com a Síndrome de Down. Sim
- 3) Se já teve, como foi o desenvolvimento e aprendizagem dele? —
- 4) Se não teve, por que não teve? Foi por que não há procura desses alunos ou por que a escola não aceita portadores da Síndrome de Down? Nunca houve procura desses alunos na escola

5) A escola acha importante que haja uma procura desses alunos ao ensino básico de educação? Sim/não e por quê? Sim, a inclusão está aí, devemos

abrir as portas da escola, no entanto
o que nós temos é professores na
escola capacitados para atender-los

6) Como seria o desenvolvimento e aprendizagem dele se houvesse a procura de alunos portadores da Síndrome de Down? Seria um ensino adequado às necessidades dele ou seria um ensino como é para os outros alunos que não têm Síndrome de Down?

Talvez fosse específico pois cada
um tem seu ritmo de aprendizagem



Universidade Federal do Pampa

- 1) O que você sabe sobre a Síndrome de Down? Síndrome de Down é ocasionada pela presença de um cromossomo a mais no par 21 dos cromossomos. Os indivíduos, enquanto crianças, são menores em tamanho e seu desenvolvimento físico e mental acontece de uma forma mais lenta.
- 2) Gostaria de saber se já teve algum aluno na sua escola com a Síndrome de Down. Não.
- 3) Se já teve, como foi o desenvolvimento e aprendizagem dele? —, —
- 4) Se não teve, por que não teve? Foi por que não há procura desses alunos ou por que a escola não aceita portadores da Síndrome de Down? certamente porque não houve procura, até onde eu tenho conhecimento. Trabalho nesta instituição há cinco anos e neste período não houve nenhum caso.

- 5) A escola acha importante que haja uma procura desses alunos ao ensino básico de educação? Sim/não e por quê?

Não é uma questão de importância e sim uma questão de direito garantido por lei, de inclusão escolar. Todos tem direito a educação de qualidade na rede pública, independente de condições físicas, credo, raça, condições sociais, etc.

- 6) Como seria o desenvolvimento e aprendizagem dele se houvesse a procura de alunos portadores da Síndrome de Down? Seria um ensino adequado às necessidades dele ou seria um ensino como é para os outros alunos que não têm Síndrome de Down?

Cada caso deve ser avaliado, estudado, observado a fim de que se possa traçar estratégias necessárias e disponíveis, como por exemplo recursos humanos e materiais, que possam contribuir para a aprendizagem e desenvolvimento deste aluno. Seria ideal que, indiferente se há ou não alunos com síndromes ou outras necessidades na sala de aula, o ensino adequado é o que respeite a individualidade de cada um, levando em consideração a heterogeneidade da Turma.

Acho importante que assim como todos os alunos, os que são portadores da S.D., possam se desenvolver com autonomia, assumindo responsabilidades, interagindo socialmente, intelectualmente e oralmente em um meio estimulante e que o incentive dentro de suas possibilidades educacionais.



Universidade Federal do Pampa

- 1) O que você sabe sobre a Síndrome de Down? síndrome cromossômica que apresenta traços físicos característicos e que pode apresentar associado atraso mental antigamente confundia-se com mongolismo.
- 2) Gostaria de saber se já teve algum aluno na sua escola com a Síndrome de Down. Sim.
- 3) Se já teve, como foi o desenvolvimento e aprendizagem dele? Tive 3 alunos onde reconheci-se que nos 2 casos onde houve estimulação por parte dos alunos os alunos apresentaram desenvolvimento e no caso que não há estimulação a aluna mas apresenta avanços.
- 4) Se não teve, por que não teve? Foi por que não há procura desses alunos ou por que a escola não aceita portadores da Síndrome de Down? —

5) A escola acha importante que haja uma procura desses alunos ao ensino básico de educação? Sim/não e por quê? Sim para que seja assegurado seus direitos de desenvolver-se plenamente junto ao grupo social.

6) Como seria o desenvolvimento e aprendizagem dele se houvesse a procura de alunos portadores da Síndrome de Down? Seria um ensino adequado às necessidades dele ou seria um ensino como é para os outros alunos que não têm Síndrome de Down?

O ensino deve ser adequado a suas necessidades.

- 1) O que você sabe sobre a Síndrome de Down? A síndrome Down muitas vezes não afeta o desenvolvimento intelectual (ao meu entender) portanto os alunos que ^(podem) devem ser atendidos em sala de aula do ensino regular, com algumas adaptações. (na nível intelectual)
- 2) Gostaria de saber se já teve algum aluno na sua escola com a Síndrome de Down. Não
- 3) Se já teve, como foi o desenvolvimento e aprendizagem dele?
- 4) Se não teve, por que não teve? Foi por que não há procura desses alunos ou por que a escola não aceita portadores da Síndrome de Down? Não houve procura

5) A escola acha importante que haja uma procura desses alunos ao ensino básico de educação? Sim/não e por quê? Sim - porque é importante para a socialização e porque dependendo do desenvolvimento intelectual eles podem muito aprender.

6) Como seria o desenvolvimento e aprendizagem dele se houvesse a procura de alunos portadores da Síndrome de Down? Seria um ensino adequado às necessidades dele ou seria um ensino como é para os outros alunos que não têm Síndrome de Down?

Com certeza a professora que recebe um aluno em qualquer síndrome procura adaptar seu trabalho ao aluno



Universidade Federal do Pampa

1) O que você sabe sobre a Síndrome de Down? A Síndrome de Down não é uma doença, e sim, uma alteração genética, as pessoas com Síndrome de Down possuem traços semelhantes e características únicas, geralmente apresentam alguma dificuldade de aprendizagem, mas desenvolvem aptidões para a arte, música, ⇒

2) Gostaria de saber se já teve algum aluno na sua escola com a Síndrome de Down. Não.

3) Se já teve, como foi o desenvolvimento e aprendizagem dele? —

4) Se não teve, por que não teve? Foi por que não há procura desses alunos ou por que a escola não aceita portadores da Síndrome de Down? Por que não houve procura.

trabalhos artesanais, entre outros. São pessoas com limitações como todos os seres humanos, portanto merecem um lugar na sociedade.

5) A escola acha importante que haja uma procura desses alunos ao ensino básico de educação? Sim/não e por quê?

Sim, mas deve haver suporte nas escolas para que se consiga desenvolver uma educação com qualidade atendendo as necessidades de cada aluno.

6) Como seria o desenvolvimento e aprendizagem dele se houvesse a procura de alunos portadores da Síndrome de Down? Seria um ensino adequado às necessidades dele ou seria um ensino como é para os outros alunos que não têm Síndrome de Down?

Tentariamos apoiar junto a mantenedora para desenvolver um ensino adequado as necessidades de alunos



Universidade Federal do Pampa

Escola: Escola B. G. F. Pio XII
 Entrevistado: Elida Regina Nobre Rodrigues
 Entrevistador: _____

- 1) O que você sabe sobre a Síndrome de Down? Sei que trata-se de uma alteração genética, em que é gerado um cromossomo a mais, assim, a criança poderá nascer com certo grau de deficiência intelectual, além de alterações físicas
- 2) Gostaria de saber se já teve algum aluno na sua escola com a Síndrome de Down. Sim.
- 3) Se já teve, como foi o desenvolvimento e aprendizagem dele? Foi bom, porém, dos outros alunos com a mesma faixa etária, no entanto, houve progressos comportamentais e motores
- 4) Se não teve, por que não teve? Foi por que não há procura desses alunos ou por que a escola não aceita portadores da Síndrome de Down? A escola aceita portadores da Síndrome de Down, no entanto, o que percebemos é que existem diferentes graus de comprometimento. Neste caso específico, o aluno não retinha o que era trabalhado, sendo sempre necessário retornar quase que ao ponto inicial diariamente.

- 5) A escola acha importante que haja uma procura desses alunos ao ensino básico de educação? Sim/não e por

quê? Sim, pois, por mais que esses alunos necessitem de um atendimento especializado extra, entendemos que é importante essa socialização e convivência com os pares e com o ambiente e trechos dos quais convivem

- 6) Como seria o desenvolvimento e aprendizagem dele se houvesse a procura de alunos portadores da Síndrome de Down? Seria um ensino adequado às necessidades dele ou seria um ensino como é para os outros alunos que não têm Síndrome de Down?

Acreditamos que o ensino oferecido nas escolas da rede não supre totalmente as necessidades desses alunos, pois eles necessitariam de atendimento com fonoaudiólogos, psicólogos, estimulação motora... Enfim, toda uma rede de atendimento e apoio que o ensino regular não oferece.



Universidade Federal do Pampa

1) O que você sabe sobre a Síndrome de Down? É uma disfunção genética devido a

presença de um cromossomo a mais,
causando deficiências de aprendizagem e
características físicas semelhantes e especí-
ficas.

2) Gostaria de saber se já teve algum aluno na sua escola com a Síndrome de Down. Não

3) Se já teve, como foi o desenvolvimento e aprendizagem dele? —

4) Se não teve, por que não teve? Foi por que não há procura desses alunos ou por que a escola não aceita portadores da Síndrome de Down? A escola teve a procura de um aluno

para a pré-escola, a vaga foi ofertada,
mas a mãe preferiu levá-lo para a
APAG.

- 5) A escola acha importante que haja uma procura desses alunos ao ensino básico de educação? Sim/não e por

quê? Sim, a inclusão sempre é importante para o aluno, mas que os professores se sintam despreparados para lidar com esses alunos.

- 6) Como seria o desenvolvimento e aprendizagem dele se houvesse a procura de alunos portadores da Síndrome de Down? Seria um ensino adequado às necessidades dele ou seria um ensino como é para os outros alunos que não têm Síndrome de Down?

Exatamente seria um ensino adequado às necessidades do aluno, assim como trabalhamos com outros alunos com deficiência intelectual.



Universidade Federal do Pampa

- 1) O que você sabe sobre a Síndrome de Down? Pessoas que necessitam de um ensino adequado, pois são portadores de necessidades especiais, porém com grande potencial.
- 2) Gostaria de saber se já teve algum aluno na sua escola com a Síndrome de Down. Não.
- 3) Se já teve, como foi o desenvolvimento e aprendizagem dele? -
- 4) Se não teve, por que não teve? Foi por que não há procura desses alunos ou por que a escola não aceita portadores da Síndrome de Down? não houve procura.

5) A escola acha importante que haja uma procura desses alunos ao ensino básico de educação? Sim/não e por quê? Sim. Porém é necessário que os professores estejam preparados ou tenham um suporte para poder trabalhar de maneira eficaz com esse aluno.

6) Como seria o desenvolvimento e aprendizagem dele se houvesse a procura de alunos portadores da Síndrome de Down? Seria um ensino adequado às necessidades dele ou seria um ensino como é para os outros alunos que não têm Síndrome de Down?

Ele precisaria de um ensino adequado às necessidades dele.